



Comissão
Europeia

PANORAMA

Foco na Política Regional e Urbana

VERÃO 2019 / N.º 69

A Morávia-Silésia emerge do seu passado industrial

ESPÍRITO DE
COOPERAÇÃO
DO INTERREG



PLANEAMENTO
ANTECIPADO
ATRAVÉS DA
TRANSIÇÃO
INDUSTRIAL



Política Regional
e Urbana

PANORAMA

Nesta edição...

A edição de verão da revista *Panorama* abrange um vasto leque de temas e inclui um editorial final, de despedida, da nossa comissária cessante, Corina Crețu.

O nosso foco regional desta vez é a região da Morávia-Silésia, na Chéquia, com uma entrevista com o presidente regional, Ivo Vondrák, exemplos de projetos e uma análise de como estão a lidar com a transição de uma indústria do carvão para uma economia mais neutra do ponto de vista climático. Também olhamos com atenção para a cooperação transnacional por via do programa Interreg, incluindo boas práticas e projetos de todo o continente, e para a forma como o quadro de competências da UE permite uma gestão eficaz dos fundos europeus.

Na secção «Nas suas próprias palavras», apresentamos reflexões de dois deputados ao Parlamento Europeu da Comissão REGI – Constanze Krehl e Jan Olbrycht – e ficamos a conhecer as experiências de alguns jovens no programa mediático Youth4Regions.

Percebemos de que forma a Rede de Gabinetes de Competência de Banda Larga está a contribuir para a redução do fosso digital entre regiões e como a cooperação inter-regional contribui para o reforço da cibersegurança. Na secção de projetos visitamos Chipre, a França, as Canárias e a região fronteiriça entre a Itália e a Áustria.

Boa leitura!



AGNÈS MONFRET

Chefe da Unidade de Comunicação, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia



4



10



26



44

EDITORIAL.....	3	MORÁVIA-SILÉSIA: UM LOCAL DINÂMICO	26
AO COMANDO DA TRANSIÇÃO INDUSTRIAL	4	PONTO DE DADOS: PREVENÇÃO DE RISCOS.....	36
QUADRO DE COMPETÊNCIAS PARA A EFICIÊNCIA	8	UMA SINERGIA LOCAL PARA A CIBERSEGURANÇA.....	38
INTERREG EM AÇÃO	10	UMA POLÍTICA MULTIDIMENSIONAL.....	40
LUZ VERDE PARA A MONITORIZAÇÃO ELETRÓNICA.....	18	NOTÍCIAS BREVES.....	42
A POLÍTICA DE COESÃO DE OLHOS NO FUTURO.....	20	BANDA LARGA PARA TODOS.....	44
APROXIMAR A EUROPA.....	22	PROJETOS DAS CANÁRIAS, DE CHIPRE,	
UMA VISÃO JOVEM SOBRE A COESÃO EUROPEIA.....	24	DA FRANÇA, DA ÁUSTRIA E DA ITÁLIA.....	47

EDITORIAL

Caros leitores,

Quando lerem estas palavras eu já não serei a comissária europeia para a Política Regional. De qualquer forma, queria aproveitar este nosso encontro trimestral para dizer que foi uma honra servir a política de coesão.

Quando a Comissão Juncker começou a trabalhar em novembro de 2014, os cidadãos europeus esperavam que a União apresentasse resultados em relação a um conjunto de desafios difíceis: a recuperação da crise económica, a estabilização do euro e a preparação da União Europeia (UE) para o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, para nomear apenas alguns. E foi exatamente isso que tentámos fazer, com o Plano de Investimento para a Europa, com a criação da União da Energia e do Mercado Único Digital e, claro, com os investimentos da política de coesão.

Os últimos dados mostram que um investimento de um euro da política de coesão feito há cinco anos acrescentará quase três euros ao produto interno bruto daqui a cinco anos. Este exemplo revelador dispensa explicações, mas o impacto da política de coesão vai muito além dos números.

Durante quase cinco anos, tive a oportunidade de visitar centenas de regiões europeias e de conhecer todos aqueles que, empenhados, gerem e executam milhares de projetos da UE no terreno. Esta experiência única confirmou a minha convicção de que a política de coesão é e continuará a ser decisiva na melhoria da vida quotidiana dos cidadãos europeus. Canalizou fundos para hospitais, escolas, transportes, zonas rurais, municípios, regiões transfronteiriças e ilhas remotas. Enquanto principal política de investimento da UE, contribuiu para urdir o tecido social, económico e cultural que nos mantém unidos.

E, no sentido de reforçar o impacto da política de coesão, lançaram-se várias iniciativas-chave durante o meu mandato. Destaco o Grupo de Trabalho para uma Melhor Execução, que ajudou muitos Estados-Membros a fazerem um uso mais eficiente dos

restantes fundos do período de 2007-2013; o Grupo de Alto Nível para a Simplificação, que simplificou as regras dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para os beneficiários; o nosso apelo em 2015 para que os Estados-Membros redirecionassem uma parte dos fundos atribuídos pela política de coesão para o problema da migração e da crise dos refugiados; e as duas iniciativas-piloto relativas às regiões menos desenvolvidas e às regiões carboníferas em transição, para as apoiar na sua transformação económica e para as ajudar a tirar mais partido da globalização e da evolução tecnológica.

É evidente que a política de coesão é a expressão mais clara da solidariedade europeia. Foi por isso que, durante a elaboração das propostas da Comissão para o período de programação de 2021-2027, em conjunto com todos apoiantes da política de coesão, defendi intensamente uma política que incluísse todas as regiões. E fomos bem-sucedidos: nenhuma região nem nenhum cidadão ficou para trás.

É óbvio que a política de coesão seria incapaz de atingir resultados tangíveis no terreno sem o apoio dos órgãos de poder local e regional, dos Estados-Membros, da sociedade civil, das comunidades, dos gestores dos projetos e dos beneficiários. Este envolvimento reflete a essência da coesão: a parceria e a confiança mútua. A próxima década trará muitos desafios novos e teremos de permanecer unidos se quisermos enfrentá-los. Continuarei, no meu trabalho, a defender os valores da coesão e da solidariedade, por isso podem estar certos de que os nossos percursos se voltarão a cruzar sob os auspícios do projeto europeu. ■



Corina Crețu

Corina Crețu

Comissária Europeia para a Política Regional



Inspirar a transição industrial em todas as regiões

Perante a globalização, a rápida evolução tecnológica e a necessária transição para uma economia hipocarbónica, a UE tem trabalhado numa série de iniciativas-piloto regionais, com vista a encontrar novas estratégias para alargar de forma justa os benefícios e para garantir que a transição industrial funciona para todos, onde quer que vivam.

A globalização, as novas tecnologias e os esforços para combater as alterações climáticas estão a reformular rápida e radicalmente a forma como vivemos e trabalhamos. Estas mudanças trazem consigo um conjunto de oportunidades. O desafio para a União Europeia é garantir que todos os cidadãos, em todas as regiões, beneficiam destas oportunidades e que se podem assim preparar melhor para as comunidades e os locais de trabalho do futuro.

Enquanto algumas regiões experimentam dificuldades económicas e outras passam por uma fase de sucesso, uma terceira parte encontra-se presa algures entre estas duas situações. Estas regiões podem ter empresas de alto nível, universidades robustas e uma herança industrial de que se orgulham, mas muitas das suas empresas e dos seus trabalhadores tradicionais estão a ter dificuldades em acompanhar o ritmo da evolução tecnológica e dos padrões de produção em mudança.

Uma transição industrial à escala da UE, que não deixe para trás nenhuma destas pessoas e destas empresas, requer um investimento substancial na produção, na formação, na investigação

e na inovação, a par de transformações sistémicas profundas. Esta é a razão pela qual a Comissão Europeia lançou uma série de iniciativas-piloto que espera que forneçam lições valiosas sobre como garantir que a transição industrial chega a todos os cidadãos.

«Estas estratégias de transformação económica devem assegurar que o futuro sucesso económico assente na inovação não resulta em vantagens para apenas alguns», afirma Peter Berkowitz, chefe da Unidade do Crescimento Inteligente e Sustentável da DG REGIO. «Não é de forma alguma suficiente termos os núcleos dos centros urbanos a funcionar a todo o vapor, ao mesmo tempo que as pequenas vilas circundantes e as zonas rurais são deixadas para trás.»

Ativar o potencial

A Europa enfrenta cinco desafios abrangentes e relacionados entre si no que diz respeito à transição industrial: a preparação dos trabalhadores e das empresas para os empregos do futuro; o auxílio às empresas do conjunto da economia na exploração de novas ideias e no uso das últimas tecnologias; a necessidade de garantir que as regiões transitam para uma economia hipocarbónica; a promoção do empreendedorismo e de novos tipos de empresas; e o encorajamento do uso das novas tecnologias e de padrões de trabalho que promovam a inclusão social.

Muitas regiões com uma história marcada por indústrias com elevados níveis de emissões de carbono continuam a lidar com a herança do declínio dos setores tradicionais. São confrontadas,

ao mesmo tempo, com a necessidade de se adaptarem aos desafios da Quarta Revolução Industrial e dos seus sistemas complexos, digitais e personalizados.

A Europa precisa de reforçar a capacidade de estas regiões se modernizarem e de inovarem, facilitando o investimento em novas tecnologias e abraçando as mudanças resultantes da digitalização e da transição para uma economia hipocarbónica.

A política de coesão é o principal instrumento político da UE para enfrentar as mudanças estruturais ligadas à transição energética e industrial. Para o período de programação de 2014-2020, foram atribuídos 30% dos fundos, ou 120 mil milhões de euros, para ajudar as regiões a tornarem-se mais competitivas e para ativar o seu potencial de inovação, no contexto de estratégias de especialização inteligente por medida, que apoiam as regiões na diversificação das suas economias e na criação de emprego assente nos seus trunfos.

Contudo, como o financiamento por si só não é suficiente, as três ações-piloto da Comissão Europeia visam tirar partido

dos pontos fortes da Europa: a sua diversidade, o seu dinamismo e o seu desejo de testar novas abordagens nos planos local, regional e nacional.

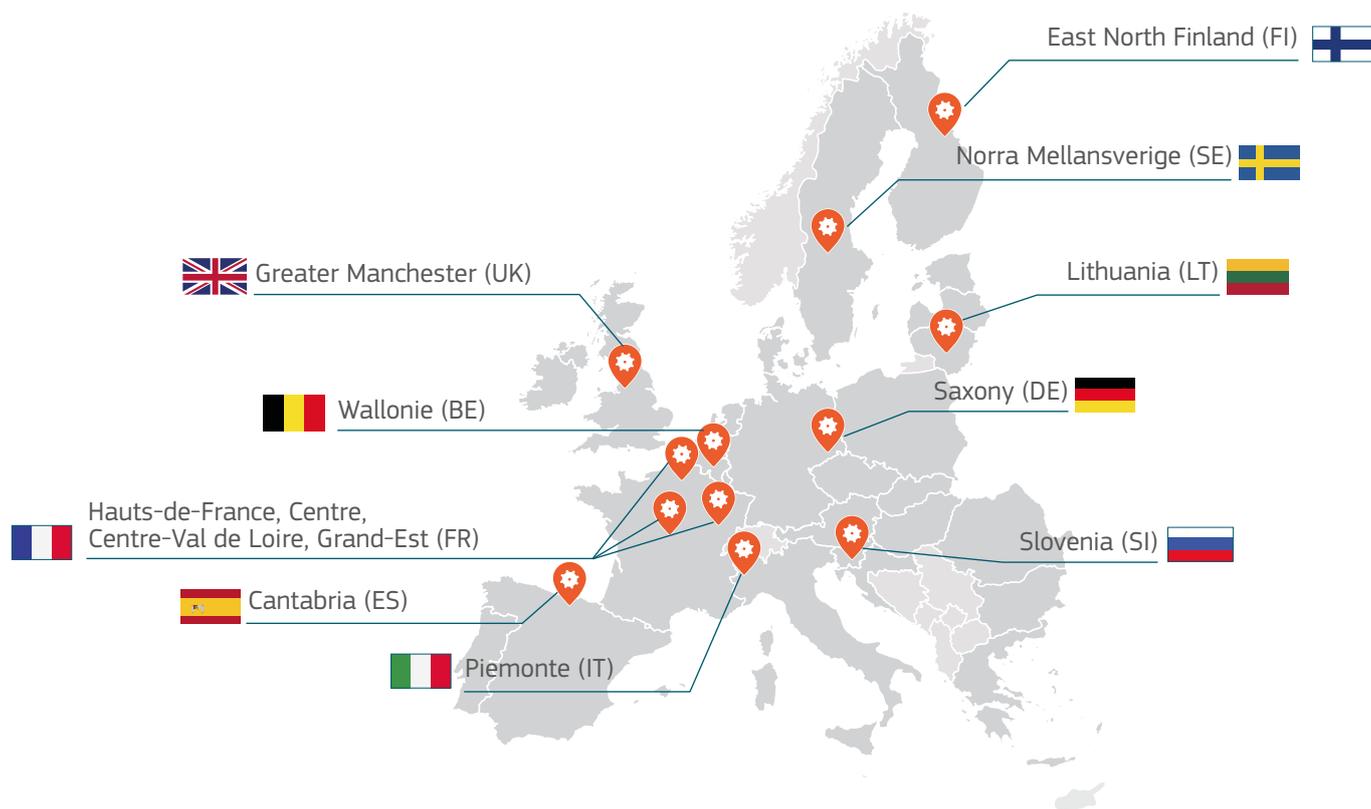
Laboratórios vivos

A ação-piloto **Regiões em Transição Industrial** foi lançada em 2018 para ajudar as regiões a desenvolverem novas abordagens para reforçar o crescimento e a produtividade em face da transição industrial. Dez regiões e dois Estados-Membros estão a trabalhar com especialistas da Comissão para estimular a sua capacidade de inovação, remover barreiras ao investimento, dotar os trabalhadores das competências certas e para se prepararem para a mudança industrial e social. O projeto-piloto tem por objetivo desenvolver ferramentas políticas específicas para enfrentar estes desafios.

Na primeira fase, as equipas analisaram instrumentos de política existentes e identificaram desafios específicos a cada região, com a ajuda da Organização para a Cooperação e Desenvolvi-



As regiões em transição industrial



mento Económico e da Comissão. Nesta base, a cada uma das 10 regiões e a cada um dos dois Estados-Membros foram atribuídos 300000 euros para ensaiarem uma nova abordagem à transição industrial e testarem uma resposta política a um ou vários desafios identificados durante os ateliês.

«Será uma espécie de laboratório vivo, no qual cada região tentará encontrar novas soluções para problemas difíceis», afirma Berkowitz. «Vão receber financiamento para realizarem esta ação-piloto, e trabalharemos em estreita colaboração com as regiões para retirar as devidas lições, para que outras regiões e cidades possam beneficiar do programa. Na DG REGIO, estamos convencidos de que a diversidade europeia é o nosso maior trunfo e de que precisamos de encorajar mais experimentação.»

Há uma necessidade clara de apoio por parte das empresas tradicionais, bem como das empresas em fase de arranque, salienta. As empresas mais pequenas e mais antigas têm muitas vezes uma capacidade limitada de adoção e exploração de novas tecnologias, em particular nos casos em que os trabalhadores não têm as competências, a formação e a educação adequadas. Fazer face a este problema exige ligações mais fortes entre o empreendedorismo, a educação superior e as políticas de formação profissional.

Muitas pequenas e médias empresas (PME) da região francesa do Centro-Vale do Loire, por exemplo, enfrentam um contínuo desfasamento em matéria de competências e dificuldades na contratação e retenção de pessoal qualificado. Através de uma rede de recrutamento especializado, criada no âmbito deste projeto-piloto, a região visará trabalhar diretamente com as PME para definir as suas necessidades de recrutamento, oferecer formação e para apoiar estratégias de recursos humanos.

O objetivo é melhorar a gestão de pessoal, melhorar a capacidade de antecipação dos desafios da transição industrial e explorar as tecnologias que estão a mudar a natureza dos empregos industriais.

As regiões precisam de criar e de promover sistemas de inovação aberta e de desenvolver mecanismos financeiros para as pequenas empresas, com incentivos para as atividades inovadoras orientadas para os produtos. No Nordeste da Finlândia, as PME locais vão testar um sistema transregional de cupões que lhes permite comprarem serviços que promovam as suas capacidades de inovação e que reforcem a sua participação no setor agroflorestal. O plano concentrar-se-á em projetos nos quais as empresas desenvolvem iniciativas de investimento em cooperação com organizações de investigação e de tecnologia e em que implementam a inovação no setor ao mesmo tempo que atendem à economia circular.

Proteger as comunidades

O segundo projeto-piloto, **Regiões Carboníferas em Transição**, centra-se em antigas regiões mineiras. Como parte da transição para uma economia neutra no que diz respeito às emissões de carbono na UE, a produção e o consumo do carvão estão em declínio – e esta viragem acarreta um conjunto de desafios sociais e económicos. Atualmente, cerca de 185 000 cidadãos europeus estão diretamente empregados nas operações de extração de carvão ainda ativas em 41 regiões de 12 países da UE. Estima-se que haja 53 000 pessoas empregadas em centrais elétricas a carvão. Sem planos a longo prazo para o futuro, a transição será provavelmente muito difícil para estas pessoas. As regiões outrora dependentes



do carvão podem enfrentar décadas de desemprego estrutural à medida que a indústria entra em declínio, com impactos significativos nas comunidades e nas finanças públicas.

Ainda que se preveja que a conversão para uma economia neutra em matéria de emissões de carbono tenha um impacto global positivo para a UE, os decisores políticos reconhecem que esta também tem o potencial de aumentar as disparidades sociais e regionais. Numa tentativa de combater este risco, o objetivo da Comissão com esta iniciativa-piloto passa por ajudar as regiões carboníferas e carbónicas a planear para as mudanças estruturais relativas à transição energética e a antecipar os impactos socioeconómicos negativos.

As equipas de especialistas da Comissão estão a apoiar 18 regiões-piloto em oito Estados-Membros, ao passo que uma plataforma ao nível europeu reúne as partes interessadas, oferece acesso a suporte técnico e ao reforço das capacidades e permite que as regiões carboníferas partilhem a sua experiência com representantes locais e nacionais, com parceiros sociais, com a indústria e com a sociedade civil.

Estas equipas trabalham com as autoridades regionais e nacionais no desenvolvimento de soluções que acelerarão o processo de diversificação e de transição tecnológica. Também aconselham as autoridades regionais em matéria de acesso ao financiamento, de execução de estratégias de especialização inteligente, de dinamização de negócios inovadores e de criação de estratégias de descarbonização. Está disponível apoio financeiro para investimentos que contribuam para o crescimento e a criação de emprego, através por exemplo da inovação, da transição para as energias limpas e da inclusão social.

Investir na inovação

O terceiro e último programa-piloto chama-se **Criar Novas Cadeias de Valor Por Via do Investimento Inter-regional na Inovação**. Para beneficiarem de uma economia globalizada, as regiões e os municípios europeus precisam de tirar partido das possibilidades de expansão que o mercado único oferece às tecnologias inovadoras e aos novos negócios. Isto significa reunir empresas, investigadores e autoridades públicas de toda a UE para trabalharem no desenvolvimento de áreas prioritárias de especialização inteligente, que correspondam aos seus trunfos competitivos e desenvolvam programas inovadores.

A Comissão lançou um convite em 2017, com base no qual selecionou nove parceiros inter-regionais que estão a testar novas abordagens à criação destas cadeias de valor. As parcerias têm sido apoiadas por equipas dentro da Comissão, envolvendo especialistas em diversas áreas. Cada parceria recebe



também serviços de aconselhamento externo num valor que pode ascender aos 200000 euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para atividades de expansão e comercialização. Dezenas de regiões têm proposto ideias que irão alimentar projetos de investimento a desenvolver em áreas como a bioeconomia, a cibersegurança, a impressão a três dimensões e as energias renováveis marinhas.

Plantar as sementes

A política de coesão para o período de 2021-2027 permitirá aos Estados-Membros e regiões apoiar a transição industrial de forma abrangente e flexível, como parte da nova geração de estratégias de especialização inteligente. Este processo implica que as regiões e as cidades encontrem novas formas de trabalhar, que alterem a sua forma de pensar e que reforcem a sua capacidade de desenvolver e executar soluções que garantam que nenhuma região é deixada para trás. Como tal, há uma necessidade urgente de reunir todas as partes interessadas e o seu conhecimento, de criar a partir da experiência das ações-piloto e de garantir que as boas práticas se espalham amplamente por toda a União.

«Estamos a plantar sementes a nível local para colhermos mais tarde uma Europa sustentável e inclusiva», afirma Berkowitz. «Tudo começa nas regiões, nas cidades e nas PME, do ponto de vista económico, claro, mas também social e, sim, político. Todos estes fios se entrelaçam, e a nossa iniciativa precisa de chegar àquilo que é importante no quotidiano das pessoas, onde quer que elas vivam.»

SAIBA MAIS

<https://europa.eu/!pG78Wk>



Melhores competências para melhores resultados no investimento dos fundos da UE

De que forma pode avaliar as competências profissionais, operacionais e de gestão de que a sua instituição precisa para gerir de forma mais eficiente e eficaz os fundos europeus? De que forma pode desenhar um plano para o desenvolvimento dessas competências? O quadro de competências da UE oferece uma resposta às duas perguntas.

Todas as instituições públicas envolvidas na gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão — organismos nacionais de coordenação, autoridades de gestão, de auditoria e de certificação, secretariados conjuntos e organismos intermédios — podem usar

o quadro de competências da UE para identificar e resolver as lacunas existentes ao nível das competências e adaptar as suas estratégias de formação.

A ferramenta, concebida pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO) da Comissão, abrange:

- › **um quadro de competências da UE** que inclui um conjunto de competências que as administrações e os funcionários devem possuir; e
- › **uma ferramenta de autoavaliação em linha** que permite aos trabalhadores avaliarem o seu nível de proficiência relativamente a cada competência exigida para o perfil específico das suas funções. Esta solução ajudará a definir os futuros objetivos de desenvolvimento.

FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO

A FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO IDENTIFICA AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS



O trabalhador avalia as suas competências



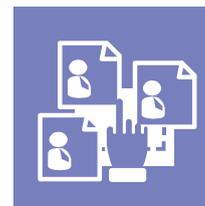
O supervisor apresenta a avaliação que fez do trabalhador



O trabalhador e o supervisor debatem os resultados da avaliação



É gerado um relatório individual



Os resultados das avaliações individuais são agregados

As autoridades públicas podem usar a ferramenta para avaliar o seu conhecimento e competências ao serem guiadas por um sistema de pontuação intuitivo. Desta forma, este instrumento ajuda a organização e os seus membros a conhecerem melhor os seus pontos fortes e fracos.

Um uso regular da ferramenta ajuda no desenho de trajetórias de desenvolvimento profissional para o pessoal. Uma característica importante, em particular para os gestores, é a possibilidade de agregação dos dados relativos à autoavaliação de todos os trabalhadores, traçando assim uma panorâmica da administração no seu conjunto. Deste modo, os resultados podem servir de base para a definição de planos de aprendizagem e de desenvolvimento destinados a colmatar as lacunas.

Esta ferramenta convivial e flexível abrange uma ampla gama de competências e pode ser aplicada a todos os tipos de administrações, independentemente da sua dimensão, e adaptada às suas necessidades, por exemplo, no caso de gerirem um programa operacional setorial ou regional. Pode ser um recurso essencial para a criação, planeamento e estabelecimento de estruturas, procedimentos e recursos para o próximo período de programação da política de coesão de 2021-2027.

Em última análise, a ferramenta contribui para melhorar o funcionamento das administrações públicas e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços prestados tanto aos cidadãos como às empresas.

No sítio da DG REGIO, pode encontrar:

- ▶ Informação sobre como obter acesso à ferramenta de autoavaliação;
- ▶ orientações para o utilizador em 22 línguas; e
- ▶ um folheto e infográfico.

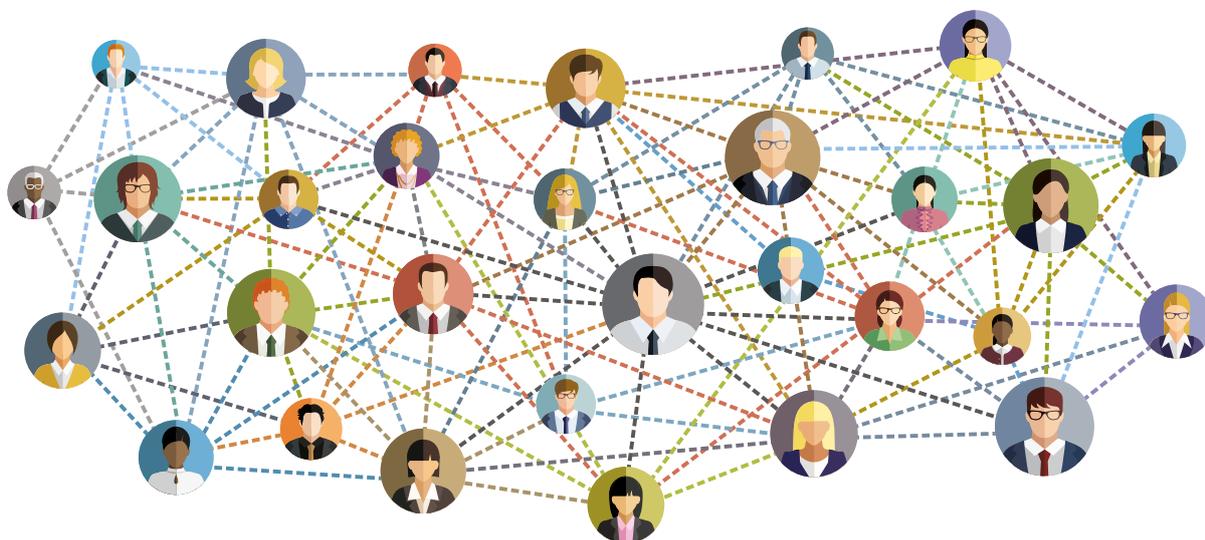
SAIBA MAIS

Para pedir acesso ou para receber opiniões sobre a ferramenta, contacte:

REGIO-COMPETENCY-FRAMEWORK@ec.europa.eu

Para mais informações e orientações sobre como usar a ferramenta: <https://europa.eu/!CP84pW>

Interreg: O espírito europeu em ação



A cooperação transnacional Interreg tem ajudado a resolver desafios comuns com vantagens para os cidadãos e as regiões por toda a Europa.

Quem se ocupa dos incêndios florestais nos Balcãs, dos acidentes navais no mar Báltico, das alterações climáticas na região alpina, da poluição atmosférica nas metrópoles europeias ou da proteção da biodiversidade no estuário do Danúbio? Estas matérias não inspiram apenas preocupações nacionais, o que torna evidente as razões pelas quais a cooperação transfronteiriça em todo o território europeu é vital para proteger tanto as pessoas como a natureza. E de que forma isto se processa? Bem, os projetos de cooperação transnacional Interreg contribuem atualmente para resolver desafios comuns deste tipo.

E que tal pouparmos energia por via da adoção de novas tecnologias, ao mesmo que cortamos as emissões de gases com efeito de estufa? Ou que tal testarmos novas soluções para a criação de infraestruturas de transportes mais amigas do ambiente e simultaneamente mais acessíveis nas cidades e nas zonas remotas? A melhor solução passa por falarmos com os nossos vizinhos: trabalhar em conjunto e partilhar conhecimento permite poupar tempo e dinheiro. O que funciona na zona do Mediterrâneo, contudo, pode não ser a melhor solução para as regiões do centro da Europa.

A cooperação transnacional Interreg também apresenta resultados no que diz respeito à coesão territorial. Enquanto empreendedor, pode ter uma ideia para um novo produto mas ser incapaz de encontrar um fórum para debater a questão ou um laboratório para a testar. Assegurar acesso a e partilhar a infraestrutura de inovação em círculos mais amplos pode ser muito útil. A cooperação Interreg ajuda a identificar essas oportunidades, reforça o acesso à investigação e prepara as pequenas e médias empresas para a conquista dos mercados mundiais.

Mais-valia para a UE

Os projetos de cooperação transnacional reúnem pessoas do setor público, instituições académicas e de investigação, bem como empresas e organizações da sociedade civil de diferentes países. As preocupações comuns motivam a participação destes intervenientes na cooperação transnacional, no sentido de apoiar o desenvolvimento da confiança transfronteiriça e de promover a integração europeia.

Foram estabelecidos quinze programas transnacionais em toda a Europa, com 2,1 mil milhões de euros provenientes do orçamento da UE para 2014-2020. A cooperação transnacional traz mais-valias aos cidadãos e às empresas em todas as regiões da Europa. Demonstra uma abordagem pragmática à concretização de uma União Europeia mais segura, mais verde, mais inteligente, mais unida e mais próspera.



A cooperação transnacional, no quadro da Cooperação Territorial Europeia (CTE), contribui decisivamente para a questão da cooperação territorial. Permite-nos olhar para o continente a partir de uma perspetiva estratégica mais abrangente, o que por sua vez nos permite identificar melhor as oportunidades e os desafios que os nossos cidadãos, os nossos gestores e as nossas empresas enfrentam no seu dia-a-dia. Acredito que se fez muito e que ainda se pode fazer muito na Europa através dos projetos transnacionais, reforçando a união no continente de forma significativa e estrategicamente sólida.

Karl-Heinz Lambertz, Presidente do Comité das Regiões Europeu

A COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL CONTRIBUI PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS

Uma estratégia macrorregional é um quadro integrado, aprovado pelo Conselho Europeu, segundo o qual os países e as regiões de uma área geográfica definida enfrentam os desafios que têm em comum e que não podem ser solucionados em isolamento, mas que exigem cooperação transnacional.

Atualmente, há estratégias para quatro macrorregiões:

- > a região do mar Báltico (EUSBSR)
- > a região do Danúbio (EUSDR)
- > a região adriática e jónica (EUSAIR)
- > a região alpina (EUSALP)

De que forma os programas Interreg apoiam as estratégias:

- > Os projetos transnacionais Interreg contribuem ativamente para os objetivos e as iniciativas das estratégias. Beneficiam, em troca, de apoio político e de maior visibilidade.
- > Os programas transnacionais são uma das oportunidades de financiamento para a execução das estratégias.
- > Os programas transnacionais apoiam visivelmente a governação das estratégias através de um conjunto de medidas, que vão desde o financiamento dos coordenadores da área prioritária à organização de eventos com as partes interessadas e à promoção de estratégias.

“ Quando nos damos conta de que as outras pessoas veem as mesmas oportunidades, enfrentam problemas semelhantes e encontram soluções para os ultrapassar e chegam a conclusões não iguais mas parecidas sobre o que fazer em seguida, isso permite-nos dizer que é assim que as coisas são, que há coisas que acontecem em todos os países. ”

Parceiro do projeto RemoAge, Programa Periferia Norte e Ártico

A CONTAGEM FINAL

Quando somos confrontados com catástrofes naturais, com acidentes que afetam grandes áreas geográficas, com o impacto das alterações climáticas ou com o declínio da biodiversidade, é óbvio que a cooperação transfronteiriça é a forma mais eficiente de proteger o bem comum europeu.

Em média, os incêndios florestais destroem todos os anos cerca de 4 000 quilómetros quadrados de território da UE, o que resulta num impacto devastador para os ecossistemas, para a saúde humana e para o clima. Além disso, as estações secas mais longas estão a transformar os campos e as florestas em combustível para o fogo.

Os parceiros de um programa Interreg de países vizinhos estão a reunir esforços para avaliar e responder aos riscos e para proteger de forma mais eficiente as áreas afetadas. Por exemplo, um serviço em linha, desenvolvido pelo projeto **DriDanube**, monitoriza as secas e emite alertas em tempo útil em 10 países da região do Danúbio. «Estabelecer o diálogo entre as diferentes partes interessadas a nível nacional e regional conduz a um melhor entendimento do problema. Estamos mais preparados porque agimos juntos», afirma Zorica Srđević, da Faculdade de Agricultura da Universidade de Novi Sad, na Sérvia. Uma estratégia de gestão interinstitucional estrutura a cooperação entre autoridades nacionais, agricultores e responsáveis pela gestão das águas antes, durante e depois dos episódios de seca, não apenas para trocar informações, mas também para realizar intervenções conjuntas, sempre que necessário.

Da crise à gestão do risco

«Os incêndios florestais são um problema endémico com consequências incalculáveis para o ambiente e para a população. É por isso que precisamos de um espaço comum para gerir emergências, no qual possamos ajudar-nos mutuamente, promovendo tanto a cultura de solidariedade como a cooperação transnacional», defende Juan José Muñoz Iglesia, chefe dos serviços de prevenção de fogos em Deza, na Galiza, em Espanha.

Graças ao projeto Interreg **Fire RS**, a França, Espanha e Portugal encontram-se agora sob uma monitorização mais rigorosa no que diz respeito a potenciais incêndios florestais. Na prática, um satélite espanhol, drones portugueses e um centro de controlo francês trabalham juntos num sistema que deteta fogos florestais em amplas áreas transnacionais. Outra ferramenta Interreg, a **WRF-SFIRE**, analisa as condições meteorológicas – vento, temperatura e humidade – para informar os serviços de resgate e as comunidades na Bulgária, em Chipre e na Grécia sobre os percursos que os incêndios poderão percorrer. O sistema, desenvolvido pelo projeto Interreg **DISARM**, tem sido adotado por serviços públicos no seguimento de um período-piloto durante os incêndios do verão de 2018 na Grécia.

Além da mutualização dos serviços e das ferramentas desenvolvidos a nível transnacional, um importante aspeto da forma como lidamos com situações de crise passa por alinhar os procedimentos operacionais, o que ficou provado, por exemplo, no caso do acidente fatal em Itália com o Costa Concordia, em 2012. Hoje, com apoio do projeto Interreg **DiveSMART-Baltic**, os centros de coordenação de resgate na Estónia, Finlândia, Lituânia, Polónia e Suécia usam os mesmos procedimentos operacionais padronizados e os mesmos relatórios de situação, para responder às emergências de forma mais eficaz e mais rápida nas águas partilhadas do Mar Báltico.

Rock and roll

Um dos maiores riscos naturais da região alpina diz respeito à queda de rochas que resulta, entre outros, do degelo do pergelissolo dos Alpes. «Por via do **RockTheAlps**, temos alargado as experiências locais, ao abrigo do quadro da Estratégia Europeia para a Região Alpina, para melhor integramos os serviços relativos ao ecossistema florestal e a proteção contra a queda de rochas», explica Benjamin Einhorn, diretor do Centro Alpino Francês para a Prevenção dos Riscos Naturais. Um novo inventário transnacional de 10 000 ocorrências de queda de rochas é o ponto de partida para a criação de mapas de zonas de risco, assente numa análise comparativa das condições topográficas das regiões afetadas. Isto permite a modelização das atividades de prevenção ao mesmo tempo que resulta numa melhor gestão do ecossistema das florestas no sentido de reduzir o risco da queda de rochas.

Fomentar a biodiversidade nos terrenos agrícolas da UE

Os projetos Interreg também fazem face à crise da biodiversidade. Um exemplo é o projeto **PARTRIDGE**, que demonstra que a cooperação transnacional pode ajudar a reverter o declínio alarmante da biodiversidade dos terrenos agrícolas da Europa. Partindo de uma abordagem que começa nas bases, os agricultores da região do Mar do Norte estão a dedicar 7% dos seus terrenos aráveis a plantas, flores e orlas de herbáceas para benefício da vida selvagem. O projeto atraiu um interesse significativo graças à cooperação entre cerca de 300 agricultores, caçadores, defensores da conservação e voluntários locais de cinco países. De facto, há sinais promissores de que as aves e os insetos estão a regressar a estes locais menos de dois anos depois. O comissário europeu para a Agricultura, Phil Hogan, e os decisores políticos juntaram-se às icónicas caminhadas pela quinta do projeto PARTRIDGE, para aprenderem como funcionam as medidas já adotadas pelas iniciativas agroambientais nos Países Baixos. «Acredito que os agricultores devem trabalhar com a natureza e não contra ela», afirma Oliver Mehuys, um agricultor flamengo e dono de um terreno-piloto, referindo-se à cooperação no âmbito do projeto.

Qualquer cidadão escolheria uma UE mais segura e com mais biodiversidade. Ao apostar na cooperação transfronteiriça, o Interreg fomenta uma resposta conjunta aos desafios comuns e faz chegar essa ambição às pessoas.

DriDanube (Danúbio):

<http://www.interreg-danube.eu/approved-projects/dridanube>

FireRS (sudoeste europeu):

<https://www.enerpatsudoe.fr/>

DISARM (Balcãs-Mediterrâneo)

<http://www.interreg-balkanmed.eu/approved-project/16/>

DiveSMART-Baltic (Mar Báltico)

<https://projects.interreg-baltic.eu/projects/divesmart-baltic-4.html>

RockTheAlps (Região alpina)

<https://www.alpine-space.eu/projects/rockthealps/en/home>

PARTRIDGE (Mar do Norte)

<https://northsearegion.eu/partridge>



Ao monitorizarem as quedas de rochas, os especialistas conseguem criar mapas de zonas livres de risco, para uma melhor gestão dos ecossistemas florestais

A MUDANÇA ESTÁ A CAMINHO

Três quartos das emissões de gases com efeito de estufa na UE têm origem nos setores da energia e dos transportes. Este desafio impulsiona os projetos Interreg a contribuir ativamente para as metas relativas ao clima e à energia, no sentido de reduzir as emissões em 40% até 2030, beneficiando os cidadãos no seu quotidiano.

Com uma variedade de tecnologias disponíveis ao longo da cadeia energética europeia, os projetos transnacionais disseminam os benefícios da adoção das novas tecnologias de eficiência energética por todo o continente a preços adaptados às nossas carteiras.

Poupar energia nos confortos caseiros

«Trouxeram a solução até onde esta era precisa. Estou a poupar muito dinheiro em aquecimento, já que está tudo muito mais bem isolado do que antes», relata Amélie Goblas, de Longueau, no norte da França. A Amélie faz parte de uma das famílias que beneficiam do projeto **E=0**, que está a criar um mercado para a remodelação de grande qualidade a preços acessíveis de habitações, com vista a um consumo líquido de energia nulo. Nestas casas, o consumo de energia é quase correspondente à produção de energia. O conceito, desenvolvido no noroeste da Europa e que tem por base uma

simples instalação que dura uma semana, segue um modelo bem-sucedido dos Países Baixos, ao abrigo do qual se realizaram 2 000 remodelações em todo o país. Graças ao projeto, foram completamente remodeladas 17 casas-piloto no Reino Unido, o que abriu a porta ao alargamento da participação a 300 outras habitações. Em França, na sequência de 22 projetos-piloto, mais 6 500 casas serão reabilitadas.



Construções mais antigas e habitações locais podem beneficiar igualmente da ecorreabilitação e de técnicas inovadoras de poupança de energia

Embora as reabilitações com o objetivo de reduzir a zero o consumo líquido de energia pareçam ser uma escolha óbvia para diminuir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para as metas da Europa 2020 relativas ao clima e à energia, a eficiência dos edifícios não se resume às habitações. Por exemplo, a reabilitação de edifícios nas áreas mais antigas é a prioridade do **ENER'PAT**, outro projeto transnacional que dirige a renovação de quatro edifícios em Portugal, em França e em Espanha usando materiais de construção não tradicionais. «O ENER'PAT permite-nos testar técnicas de ecorreabilitação dos edifícios. O projeto também apoia os intercâmbios a nível europeu, o que encoraja o nosso compromisso e contribui para disseminar esta abordagem ambiciosa a três outras cidades do sudoeste europeu», afirma Jean-Marc Vayssouze-Faure, Presidente da Câmara Municipal de Cahors, em França.

Janelas bem isoladas com persianas poupam energia e proporcionam um espaço habitacional mais saudável



O desafio da mobilidade

O setor dos transportes é responsável por um quarto das emissões de gases com efeito de estufa, o que sublinha a necessidade de uma cooperação robusta entre regiões para melhorar a eficiência dos sistemas de mobilidade. Na Europa central, entre os setores de atividade, os transportes são o segundo maior consumidor de energia e aquele em que o consumo tem crescido mais rapidamente. Assim, foram implementadas novas iniciativas nas regiões do centro da Europa, do Mar do Norte e do Mediterrâneo e introduzidas medidas para enfrentar os efeitos negativos da urbanização e das crescentes exigências de mobilidade.

Graças ao projeto **RUMOBIL**, e no seguimento de oito projetos-piloto em países da Europa central, há novos serviços de mobilidade que melhoraram as ligações entre as áreas periféricas com menor densidade populacional. Os passageiros beneficiam de ferramentas de infomobilidade, aplicações amigas do utilizador, ligações multimodais experimentais entre autocarros e a ferrovia e serviços de autocarros flexíveis assentes na participação da comunidade. Os resultados – melhor qualidade de vida e estímulo à economia local – são comprovados pela capacidade de atração de novos passageiros dos novos serviços de transporte. Em média, os projetos-piloto têm aumentado o número de passageiro em 13%, com o maior crescimento (28%) a registar-se na região checa de Vysočina.

A mobilidade e a acessibilidade limitadas nas cidades e nas áreas remotas, as ligações insuficientes aos principais polos de transportes e as elevadas emissões de CO₂ representam desafios consideráveis para as infraestruturas de transportes. Como o projeto **SHARE-North** demonstrou, o Interreg está a ajudar as autoridades públicas a melhorar a situação. O projeto promoveu com sucesso o conceito dos polos de mobilidade partilhada ao oferecer alternativas atrativas à propriedade de veículo individual e ao expandir o conceito de Bremen, na Alemanha, a municípios belgas e noruegueses. Graças ao Interreg, muitos entusiastas da partilha de carros em Bremen têm optado ou por vender o seu carro ou por não comprar um veículo, resultando numa redução de mais de 6 000 carros particulares. Isto corresponde a uma poupança de 25 toneladas de CO₂ ao longo de 2,5 anos e a espaço urbano livre equivalente a mais de 10 campos de futebol!

Outro grande desafio passa por apoiar a adoção e execução destas abordagens pioneiras que oferecem opções de mobilidade flexíveis e mais limpas. Por exemplo, esta questão

tem sido abordada pela comunidade de projetos dos Transportes Urbanos do Mediterrâneo, que sugere soluções em planos de mobilidade urbana locais e sustentáveis. A comunidade acolhe uma rede de sete projetos e executa atividades-piloto em mais de 30 cidades mediterrânicas, que vão desde redes de mobilidade elétrica e sistemas de mobilidade inteligente ao combate à congestão de tráfego criada pela mobilidade dos turistas. Por exemplo, Misano Adriatico, uma cidade turística em Itália, adotou um plano de mobilidade graças ao projeto **MOBILITAS**. O projeto reduzirá o tráfego diário nas principais estradas metropolitanas em



As ciclovias ajudam a reduzir o recurso ao carro em Misano Adriatico, na região costeira italiana de Emilia-Romanha

6,2% e nas estradas costeiras em 24,7%, reduzindo assim as emissões de CO₂ em 6,6% e 7,5%, respetivamente.

O Interreg demonstra que o trabalho estratégico além fronteiras preenche lacunas, permitindo que atividades conjuntas possam melhorar a eficiência energética e o acesso a opções de mobilidade flexíveis e amigas do ambiente, ao mesmo tempo que proporcionam benefícios concretos aos cidadãos.

E=0 (noroeste da Europa)

www.nweurope.eu/e=0

ENER'PAT (sudoeste da Europa):

www.enerpatsudoe.fr

RUMOBIL (Europa central):

www.interreg-central.eu/Content.Node/rumobil.html

SHARE-North (Mar do Norte):

www.share-north.eu

MOBILITAS (Mediterrâneo):

mobilitas.interreg-med.eu

SE ME DÁS IMPULSO, NUNCA MAIS PARO

Criar um negócio é desafiante e gerir uma empresa bem-sucedida é ainda mais difícil. Exige competências, criatividade, conhecimento e acesso a financiamento. Nos projetos transnacionais Interreg, os municípios e as regiões cooperam além fronteiras e aprendem a apoiar de forma mais eficaz os empreendedores em todas as fases do seu percurso de negócios.

As pequenas e médias empresas representam 99% de todos os negócios na UE. Também criam cerca de 85% dos novos empregos e proporcionam dois terços de todo o emprego do setor privado na UE.

Mas apenas 37% dos europeus gostariam de trabalhar por sua conta, comparado com 51% nos Estados Unidos da América e na China. No âmbito dos projetos Interreg, os municípios e as regiões trabalham com especialistas em educação e em apoio às empresas por toda a Europa na tentativa de mudar estes números. Partilham experiências e desenvolvem novas abordagens que encorajam os jovens a tornar-se empreendedores.

No contexto do projeto **Atlantic Youth Creative Hubs**, os parceiros criaram uma plataforma de capacitação dos jovens criativos. Em «sessões de improvisação criativa»,

apoiam-se pessoas entre os 16 e os 30 anos a transformar as suas ideias de negócio em realidade. Um exemplo é o do João, que afirma ter encontrado «inspiração, formação e orientação na área do empreendedorismo e que aprend[eu] muito sobre gestão de marcas». Hoje é um designer de moda bem-sucedido em Portugal. Pouco depois da sessão de improvisação, juntou-se ao negócio da moda e à incubadora de design Fábrica de Santo Thyrso, no Porto, e acabou por vencer o concurso de moda para Novos Criadores Portugueses, estreando-se no mais importante evento nacional de moda em Portugal.

Ajudar os jovens empreendedores a começar

O João é a prova de que um espírito empreendedor é importante mas não é suficiente. Lançar uma empresa exige competências e conhecimentos que muitas vezes faltam aos jovens empreendedores. O projeto transnacional **CERlecon** está a mudar isto na Europa central. Uma nova abordagem para inspirar e formar jovens com ideias de negócio está a ser testada em oito países: As **PlayParks** são academias de trabalho colaborativo que incentivam a aprendizagem mútua social. Apoiam o lançamento de produtos reais, como uma pastilha elástica natural chamada «Alpengummi» que está a começar a aparecer nos supermercados. «Durante os seis meses que passámos no PlayPark de Viena recebemos comentários preciosos e formação relativa ao desenvolvimento do nosso plano de negócios», afirmam Claudia Bergero e Sandra Falkner.

Promover o avanço da inovação

A experiência mostra-nos que sem inovação permanente, mesmo as *start-ups* mais promissoras, como a Alpengummi, podem rapidamente parar de singrar. De que forma podem os municípios e as organizações de investigação apoiar os empreendedores para que estes possam continuar a inovar? Graças aos projetos Interreg, testar novos serviços, como os ateliês de design, conduz à consolidação da investigação no seio das empresas.

«A cooperação transnacional proporciona acesso aos mais recentes resultados de investigação e modelos de negócios. Na prática, isto ajuda-nos a introduzir novos produtos no mercado», diz Maciej Bartoszek da Perfectwoodhouse. O Maciej é um dos vários empreendedores que beneficiam do projeto Interreg **BALTSE@NIOR**. Em ateliês de design por

Pescadores a trabalhar ao largo das pitorescas praias brancas junto a Trave di Portonovo, perto da cidade de Ancona, em Itália



toda a área do Mar Báltico, o projeto inspira as empresas de mobiliário a criarem produtos inteligentes adaptados às necessidades dos cidadãos seniores, como um espelho que apresenta mensagens personalizadas e uma cadeira que mede a tensão arterial. Todos os métodos e ferramentas de design serão disponibilizados numa biblioteca em linha, para ajudar as empresas a avaliar as necessidades particulares dos seniores de um dado país, a ajustar os seus produtos e a facilitar a sua entrada noutros mercados. Ao mesmo tempo, a integração de novas tecnologias no design do mobiliário tradicional tem um efeito positivo sobre os seniores que querem manter-se independentes por mais tempo.

Isto aplica-se igualmente a outros setores. O projeto **ARIEL** organiza eventos de intermediação na região adriática e jónica, com vista a apoiar pequenas empresas pesqueiras e de aquacultura. Os empreendedores e os investigadores procuram em conjunto soluções tecnológicas e não tecnológicas para os desafios que enfrentam. «Se queremos mais produção alimentar local e um setor europeu de pescas e de aquacultura competitivo, os piscicultores têm de trabalhar em conjunto tanto com as organizações científicas como com as empresariais», adianta Basilio Ciaffardoni, um piscicultor italiano que beneficiou de um destes eventos de intermediação.

Melhor acesso ao financiamento

O acesso ao financiamento é outro tema crucial no âmbito da expansão das empresas e da inovação. Florence Gschwend, da Chrysalix Technologies, no Reino Unido, admite que «enquanto *start-up* em início da atividade estamos constantemente com problemas de liquidez». A sua empresa está a desenvolver um processo

inovador de fracionamento de biomassa que se serve de líquidos iónicos de baixo custo. Os programas Interreg transnacionais como o **BioBase4SME** oferecem uma forma eficiente de testar ideias novas sobre como melhorar o acesso destas empresas a financiamento. O projeto desenvolveu um sistema de cupões para apoiar a comercialização de inovações com origem na bioeconomia emergente do noroeste da Europa. «Este cupão permitiu-nos retirar mais valor do financiamento que recebemos, ao mesmo tempo que nos ligou a uma organização altamente competente no âmbito do nosso esforço de expansão», reconhece Florence.

AYCH (Área Atlântica):

<http://www.aych.eu>

CERlecon (Europa central):

<https://www.interreg-central.eu/Content.Node/CERlecon.html>

BALTSE@NIOR (Mar Báltico):

<https://projects.interreg-baltic.eu/projects/baltsenior-30.html>

ARIEL (Região adriática e jónica)

<https://ariel.adrioninterreg.eu/>

BioBase4SME (noroeste da Europa):

<http://www.nweurope.eu/projects/project-search/bio-innovation-support-for-entrepreneurs-throughout-nwe-regions/>

Cooperação transnacional Interreg



IDEIA

Durante a fase de lançamento, o projeto AYCH desenvolveu uma plataforma para formação, orientação, ideias de negócio e inspiração.



APOIO ÀS START-UPS

As competências e o conhecimento essenciais à criação de uma empresa são disponibilizados pelo projeto CERlecon.



APOIO TÉCNICO

Os empreendedores precisam de apoio para inovar através da investigação, dos ateliês e dos eventos de intermediação, tais como os organizados pela ARIEL.



APOIO FINANCEIRO

O acesso ao financiamento é crucial para permitir às empresas e à inovação crescerem, como o BIOBASE4SME demonstra.

O sistema de monitorização inovador transforma a cooperação transfronteiriça



A poupança relacionada com o sistema eMS da Interact ascende aos 20 milhões de euros e o sistema criou uma comunidade dentro do Interreg para apoiar a inovação, a cooperação e a harmonização.

Os debates sobre os sistemas de monitorização não costumam ser entusiasmantes. Não obstante, o sistema de monitorização eletrónico (eMS) desenvolvido pelo programa Interact, financiado pelo FEDER, como um sistema de monitorização da comunidade no âmbito do Interreg desafia esta tendência.

Antes do período de financiamento corrente, os programas Interreg – cujos orçamentos são muito inferiores aos dos programas principais – criavam os seus próprios sistemas de monitorização, que cumpriam os mesmos requisitos legais gerais de formas ligeiramente diferentes.

Para os programas Interreg, especializados na promoção da cooperação e da harmonização transfronteiriças, esta não era a melhor abordagem.

Forte nos números

Responderam ao convite da Interact, relativo a uma nova abordagem, quatro programas dispostos a unir esforços para desenvolverem um sistema de monitorização para a comunidade. O novo sistema de monitorização (eMS), criado a partir das bases, está disponível através de licenças para todos os programas Interreg, sem custos.

O conceito inicial previa que se estes cinco programas, o Interact incluído, usassem o sistema eMS, isso bastaria para poupar dinheiro aos contribuintes europeus e seria um exercício de cooperação eficaz.

Até à data, 37 programas assinaram acordos de licença que lhes permitem usar o eMS, poupando até 20 milhões de euros, quando comparado com uma abordagem não cooperativa. Os benefícios mais abrangentes do sistema eMS foram explorados numa avaliação de impacto pelo Centro de Investigação de Políticas Europeias da Universidade de Strathclyde, na Escócia.

A avaliação independente concluiu que o uso do sistema exige que os programas sejam flexíveis e que adotem uma abordagem comum à gestão básica de programas e de processos. Esta flexibilidade cria capacidades e oportunidades adicionais para a inovação no contexto dos programas.

Além disso, a comunidade que se estabeleceu para apoiar o desenvolvimento do sistema transformou-se num veículo de reforço da harmonização. Os programas que participaram

4 mil milhões de euros Fundos de cooperação geridos pelo eMS

38% dos programas Interreg usam o *software* eMS

20 milhões de euros Poupados através de uma abordagem colaborativa

82% de taxa de satisfação dos utilizadores

“Enquanto programa criado recentemente, o eMS não só nos ajudou a cumprir requisitos em matéria de coesão eletrónica, como também nos apresentou um sistema assente na experiência de gestão de programas coletivos da comunidade de programas Interreg.”

Barbara Di Piazza, Diretora do Secretariado Comum do programa Interreg ADRION na Avaliação de Impacto baseada em casos (abril de 2019)

partilharam o seu entendimento sobre problemas legais complexos, bem como sobre abordagens à gestão dos programas. Também desenvolveram e partilharam módulos de conexão que oferecem funcionalidades adicionais ao sistema eMS de base.

Avaliar os benefícios

Desde a sua conceção, o eMS foi crescendo e fornece agora um sistema de monitorização e de gestão a cerca de um terço de todos os programas Interreg. O sistema apoia tanto os programas grandes, que têm fundos que lhes permitiriam desenvolver os seus próprios sistemas, como os pequenos, que teriam dificuldade em encontrar recursos para um sistema equivalente.

No caso dos programas mais pequenos, em particular, o acesso ao sistema eMS permitiu a digitalização do processo de candidaturas, o que poupou os recursos humanos e reduziu as taxas de erro.

Os benefícios do sistema eMS faziam parte de uma avaliação mais abrangente de cinco das intervenções a longo prazo do Interact: a criação de Ferramentas Harmonizadas de Execução, a base de dados keep.eu, o desenvolvimento de uma marca Interreg harmonizada, bem como o apoio do Interact a estratégias macrorregionais.

Estas intervenções, enquanto elementos do objetivo do Interact de melhorar a administração pública, aumentaram significativamente a eficiência e a eficácia da execução e gestão dos programas e melhoraram a resiliência dos organismos dos programas na relação com mudanças externas.

A opção de oferecer um sistema de monitorização comunitário do Interreg durante o próximo período de programação está a ser estudada pelo Comité de Monitorização do Interact. ■

SAIBA MAIS

www.interact-eu.net

A PANORAMA
agradece o seu
contributo!

«Nas suas próprias palavras» é a secção da *Panorama* na qual partes interessadas aos níveis local, regional, nacional e europeu resumem as suas realizações no período de 2014-2020 e partilham os seus pontos de vista sobre os debates atuais e cruciais sobre a

política de coesão pós-2020. A *Panorama* agradece contributos dos leitores no seu próprio idioma, que poderão ser incluídos em futuras edições. Contacte-nos através do endereço regio-panorama@ec.europa.eu para obter mais informações sobre orientações e prazos.

Política de coesão: Enfrentar os desafios que se avizinham



Constanze Krehl
*Deputada ao Parlamento Europeu e
Coordenadora dos Socialistas Europeus
na Comissão de Desenvolvimento
Regional (REGI)*

Nas últimas décadas, a política de coesão tem sido uma das mais bem-sucedidas ferramentas da UE na procura de prosperidade e igualdade através da solidariedade entre regiões.

A política de coesão é responsável não só pela redução das disparidades entre países e regiões e pelo apoio às regiões menos desenvolvidas na sua tentativa de recuperar o atraso, mas

também por contribuir para que as prioridades políticas da UE sejam alcançadas, o que representa outro dos seus principais objetivos.

No futuro queremos uma política de coesão que aprenda com o passado mas que se empenhe no confronto progressivo com os desafios do presente e do futuro.

Como tal, queremos uma política de coesão que crie trabalho sustentável e que, ao mesmo tempo, respeite o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. As eleições europeias voltaram a demonstrar que os jovens querem que sejamos mais corajosos na luta contra as alterações climáticas e que temos de considerar os efeitos de todas as nossas políticas para o ambiente e para os cidadãos.

A política de coesão pode ser um grande impulsionador da mudança para uma economia sem emissões de carbono se for capaz de definir o enquadramento adequado. Pode apoiar a inovação nesta área, bem como ajudar as regiões a adaptarem-se às mudanças necessárias, por exemplo no que diz respeito aos sistemas de transportes públicos.

Além disso, queremos uma política de coesão que apoie as regiões no seu confronto com os maiores desafios do futuro, como a globalização, as alterações climáticas e as migrações. Uma política de coesão moderna deve também continuar a combater a pobreza, a exclusão social e a discriminação.

Queremos continuar a ajudar os cidadãos a alcançar os seus objetivos pessoais e a conquistar os seus desafios. Continuaremos a garantir a total participação das regiões e das suas necessidades, bem como das da sociedade civil e dos parceiros sociais.

Desta forma, a política de coesão será um importante instrumento para atingirmos as prioridades políticas da UE e para garantirmos um futuro de sucesso para a União. ■



Parlamento Europeu

Investir num futuro papel para a política de coesão

O papel e a importância da política de coesão têm evoluído em anos recentes. Com o passar do tempo, as suas funções expandiram-se e transformou-se numa das maiores ferramentas de investimento da UE.

Originalmente, o principal objetivo da política de coesão era a redução das disparidades entre as regiões europeias nos anos de 1970, 1980 e 1990. Servia não apenas para reduzir as disparidades, mas também para reforçar a competitividade.

Ao mesmo tempo, aumentou o interesse na dimensão urbana e, em especial, a abordagem integrada passou a ser particularmente relevante. A política de coesão foi-se transformando, lenta e consequentemente, passando de uma «abordagem tradicional», assente exclusivamente em investimentos em infraestruturas, a uma nova versão, que inclui uma dimensão social.

Adicionalmente, com o passar do tempo, a política de coesão começou a responder também a novos desafios, como as alterações climáticas, a digitalização e as TIC.



Jan Olbrycht
Deputado ao Parlamento Europeu e coordenador do Partido Popular Europeu na Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI)

As cidades inteligentes espalharam-se rapidamente e as regiões perceberam que precisavam de desenvolver estratégias de especialização inteligente de forma a reforçar a sua competitividade.

É relevante que uma parte dos fundos da política de coesão também tenha sido eficientemente investida no reforço de novos centros de investigação e na cooperação entre estes, com vista à excelência e à capacidade de competir pelo financiamento do Horizonte 2020. Ao observarmos este debate contínuo, não podemos deixar de notar que há uma forte tendência para se limitar a política

de coesão ao seu papel original, isto é, à redução de disparidades, e consequentemente para desvalorizar a sua importância para os investimentos.

Considero que esta mudança é desfavorável porque subestima e até desconsidera as conquistas da política de coesão no domínio do lançamento de investimentos e da descentralização, incluindo a participação do público.

Não é por acaso que, quando a Comissão procura fazer cortes no futuro orçamento da UE para o período de 2021-2027, o orçamento que propõe para a política de coesão apresenta uma redução, quando comparado com o atual quadro financeiro. Durante o mandato atual, o Parlamento Europeu opôs-se veementemente a qualquer redução da política de coesão no futuro.

Espero que o debate sobre a política de coesão continue e que permita apresentar a política em todo o seu significado multidimensional. ■



Parlamento Europeu

PROGRAMA MEDIÁTICO YOUTH4REGIONS

O programa mediático Youth4Regions apoia o desenvolvimento da próxima geração de jornalistas especializados em política regional. O programa encoraja estes jovens europeus a comunicarem sobre projetos financiados pela UE.



Cimeira apela a uma Europa mais próxima dos cidadãos

Na recente Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios 2019, que teve lugar na Roménia, Amaury Bisiaux, um jovem jornalista francês vencedor do concurso de blogs #EUinMyRegion, refletiu sobre os objetivos e as aspirações da Declaração de Bucareste.

A 8.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios realizou-se a 14 e 15 de março de 2019 em Bucareste, na Roménia. Cerca de 700 representantes eleitos locais e regionais apresentaram a «Declaração de Bucareste», redigida pelo Comité das Regiões com o intuito de «reforçar a base democrática da União Europeia».

«A União Europeia necessita das suas regiões e dos seus municípios tanto quanto estes necessitam da União Europeia», pode ler-se na Declaração de Bucareste, resultado de três meses de trabalho do Comité das Regiões Europeu e que foi finalmente adotada na Cimeira na capital romena.

A Europa está a passar por um ano fatídico, com a previsão de que o crescimento do populismo se refletirá nas eleições europeias e com a saída do Reino Unido da União. Durante este evento, o principal negociador da UE para a questão do Brexit, Michel Barnier, expressou as suas preocupações sobre um Brexit sem acordo, nomeando as «inúmeras consequências» que esse

cenário teria, particularmente para o Reino Unido, aos níveis humano, social, económico e financeiro.

De novo no caminho certo

A UE tem de se reinventar se não quiser desaparecer. Numa era de globalização, de revolução digital e de alterações climáticas, a Europa tem de se adaptar em conformidade sem renunciar aos seus valores. A Declaração de Budapeste começa por lembrar que «a União Europeia, [foi fundada] nos princípios da liberdade, da solidariedade, da democracia».

O problema tem que ver com o facto de que para a maioria dos cidadãos a Europa é muitas vezes sinónimo de Bruxelas, a capital europeia que tudo decide. As sondagens apresentam uma visão da UE segundo a qual esta é demasiado burocrática, demasiado opaca, demasiado longínqua: resumindo, demasiado distante dos seus cidadãos. De acordo com o último Eurobarómetro, 58% dos europeus já não confiam nas instituições da UE.

Para o Comité das Regiões, a solução não deve ter origem «lá em cima» mas sim «cá em baixo», nos representantes eleitos locais e regionais. Não uma Europa de nações, mas sim uma Europa de regiões. Aliás, a cimeira foi judiciosamente posicionada sob o lema «Re(nova)r a Europa» – inspiração para a Declaração de Bucareste.



De facto, o objetivo desta Declaração, dirigida aos governantes europeus, é (re)fundar a UE «para aumentar o sentimento de pertença [dos jovens] ao projeto europeu», evitando-se assim que «a integração europeia se transforme num processo reversível». Mas de que forma podemos inculcar este sentimento europeu na geração mais jovem se esta é de longe a mais ausente nas eleições?

«A democracia começa nas nossas regiões e nos nossos municípios»

A falta de participação nas eleições não equivale a uma ausência de participação na vida política. Isto é claro nos tempos que correm, em que vemos jovens dedicados às questões do clima, de maior justiça social e de mais democracia na Europa: os jovens não estão ausentes do debate.

A Europa, que tende a ser muito hierárquica e muito burocrática, assenta, no entanto, num princípio essencial: a subsidiariedade. O princípio da subsidiariedade defende a ideia de que a União só pode intervir se os Estados não forem capazes de fazer melhor à sua escala. Isto significa dar sempre preferência ao estrato mais baixo na medida em que este for eficaz na persecução das políticas públicas.

No entanto, se o nível mais eficaz não for o europeu nem o nacional, mas o regional, então porque não optar pelo nível local? «A democracia começa nas nossas regiões e nos nossos municípios. As autoridades eleitas localmente são as mais próximas das pessoas e têm relações diárias com os cidadãos», lembra Karl-Heinz Lambertz, Presidente do Comité das Regiões Europeu.

Se a UE é, antes de mais, uma união económica e financeira, como desejavam os seus fundadores, então «os direitos sociais devem estar em pé de igualdade com os direitos económicos».

Isto consegue-se agindo sobre três componentes – económico, social e ambiental – para que possamos implementar de facto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Tudo isto exige uma «maior descentralização» e, consequentemente e sobretudo, um investimento. É por esta razão que a Declaração de Bucareste também apela a um «orçamento ambicioso» para a UE. Estará a Europa disponível para confiar na governação mais autónoma dos seus municípios e regiões? Este é o maior desafio para a próxima Comissão, que tomará posse ainda este ano, no seguimento das eleições europeias.

Durante a cimeira, Karl-Heinz Lambertz e o Presidente do Comité Económico e Social Europeu, Luca Jahier, apelaram mais uma vez às instituições europeias para que trabalhem num «mecanismo de consulta permanente». Ainda que as recomendações destes dois Comités sejam apenas consultivas, o Comité das Regiões já organizou, desde 2015, mais de 200 diálogos, reunindo mais de 40000 cidadãos. O Comité tem apelado também a um reforço do próximo orçamento da UE, para que passe de 1% do produto interno bruto dos UE-27 para 1,3%. ■



Amaury Bisiaux estudou Comunicação Política na Sorbonne, em França. Enquanto vencedor da edição 2018 do concurso de blogues, organizado no quadro do EUinMyRegion da DG REGIO, foi premiado com um curso de formação de três semanas para estudar comunicação política em Bruxelas e foi posteriormente selecionado como jornalista acreditado para cobrir a Cimeira de Bucareste.

SAIBA MAIS

<https://cor.europa.eu/en/summit2019>

«Interreg Volunteer Youth»

Oferecer ideias jovens para reforçar a coesão na Europa

A 8.ª Cimeira Europeia das Regiões e Municípios, que teve lugar em Bucareste, na Roménia, a 14 e 15 de março de 2019, reuniu cerca de 900 governantes nacionais, locais e regionais de toda a Europa para discutir o futuro da União Europeia e formas de envolver os cidadãos de maneira mais eficaz no projeto europeu. O evento foi coorganizado pelo Comité das Regiões Europeu, a Presidência Romena do Conselho da União Europeia e pela delegação romena do Comité das Regiões. Durante o evento, uma declaração de governantes locais e regionais sobre o futuro da Europa foi adotada, com vista à partilha das suas opiniões antes do início do próximo mandato das instituições europeias. <https://bit.ly/2Y6aEbV>

Apresentamos em seguida as impressões e opiniões de dois futuros jornalistas do «Interreg Volunteer Youth» (IVY) que participaram na cimeira.



A minha experiência no Serviço Voluntário Europeu incluiu trabalhar num projeto sobre a educação superior na Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Também participei no IVY no programa Interreg para o sul do Báltico em Gdansk, na Polónia.

UMA EUROPA MAIS COESA DO QUE NUNCA

Como voluntário do IVY no Secretariado Conjunto do Interreg para o sul do Báltico, tive oportunidade de participar na 8.ª Cimeira Europeia das Regiões e Municípios, durante a qual a atenção se centrou sobretudo na importância da política de coesão.

De forma a promover o desenvolvimento harmonioso da União Europeia, a política tem de tentar reforçar a coesão económica, social e territorial, em conformidade com o princípio da subsidiariedade.

Os Estados-Membros, especialmente os menos desenvolvidos, não são capazes, individualmente, de reduzir e eliminar os problemas desafiantes que as suas regiões enfrentam, tais como as infraestruturas desadequadas. De

facto, o uso estratégico dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) é crucial, como sublinhou a Comissária Europeia para a Política Regional, Corina Creţu, durante o evento.

Através dos seus projetos de pessoas para pessoas, a política de coesão é uma ferramenta eficiente para criar e manter laços entre os cidadãos europeus, não só a nível local, mas especialmente entre as regiões e os municípios dos Estados-Membros. Também está envolvida em vários programas transfronteiriços, como o Interreg. Além disso, a política de coesão implica a consolidação de um diálogo estruturado e permanente, graças ao entendimento comum entre as instituições europeias, como a Comissão Europeia, e as regiões dos Estados-Membros: através de uma governação eficaz, eficiente e a vários níveis. O objetivo é enfrentar os novos desafios globais e reforçar o espírito de unidade entre o povo europeu. Esta é a essência da redinamização da mais-valia da política de coesão, de acordo com a Declaração de Bucareste: «Construir a UE a partir das bases com as nossas regiões e os nossos municípios».

Danilo Distefano



Enquanto antigo membro da Interreg Volunteer Youth, estive em missão no gabinete dos Assuntos Europeus da região da Emília-Romanha (Itália), onde apoiei os projetos Interreg MED.

DO INTERREG NO TERRENO À CIMEIRA DAS REGIÕES E DOS MUNICÍPIOS

Enquanto membro da Interreg Volunteer Youth, participar na cimeira das regiões e dos municípios foi uma oportunidade de explorar a política de coesão de um novo ângulo. A iniciativa IVY propõe que os jovens europeus integrem instituições locais que façam parte de programas inter-regionais Interreg e que apoiem e promovam as suas conquistas nas comunidades. Foi assim que pude ajudar a incluir a região italiana da Emília-Romanha nestes programas e que testemunhei a cooperação no terreno da IVY com os seus parceiros académicos, associados e privados.

As suas ações – com origem nas prioridades europeias – e recomendações às autoridades nacionais e europeias para que comecem pelas bases alimentam um diálogo constante, ao mesmo tempo que levantam questões sobre os poderes atribuídos a cada nível político para que leve a cabo reformas e políticas e para que influencie o nível europeu.

Estas conversas foram exploradas em Bucareste, onde 150 governantes locais foram convidados a discutir a necessidade de os níveis locais de governação terem mais influência nos assuntos europeus. Centrado nos três temas da cimeira – democracia, proximidade e solidariedade – chegou-se a um consenso sobre o papel crucial das autoridades locais e eleitas na gestão dos desafios comuns e/ou específicos que as sociedades hoje enfrentam, através de um maior conhecimento e de um maior alcance.

Mas de forma podem eles «Re(nova)r a Europa», como expresso no título da cimeira? O desafio é aproximar a UE dos seus cidadãos. Muitos participantes afirmaram que as campanhas para a eleição para o Parlamento Europeu se deviam centrar mais no projeto europeu e menos nos programas nacionais. Para promover a confiança e o vínculo, o Comité das Regiões defende que haja mais canais para a participação democrática e para que o forte impacto da política de coesão se torne mais visível e mais conhecido dos cidadãos europeus, a começar, por exemplo, com pequenas iniciativas como a IVY.

Elodie Joseph-Auguste



Região da Morávia-Silésia: inteligente, inovadora e equilibrada

A região da Morávia-Silésia, situada no nordeste da Chéquia, é a terceira região mais povoada do país. Embora seja altamente industrializada, também exibe magníficas paisagens montanhosas, três grandes zonas protegidas e várias reservas naturais de menor dimensão.



Uma das 14 regiões administrativas da Chéquia, esta região dividia-se, no passado, entre as terras históricas da Morávia e da Silésia. Mesmo a capital da região, Ostrava, tem uma parte morávia (Moravská Ostrava) e uma parte silesiana (Slezská Ostrava).

A região, que se estende sobre uma superfície de 5 427 km², tinha, no início de 2019, 1 203 299 habitantes. A seguir a Praga, tem a maior densidade populacional da Chéquia (222 habitantes por km²). A maior cidade da região é Ostrava, com quase 300 000 habitantes.

Em 2017, o produto interno bruto da região da Morávia-Silésia situava-se nos 18,017 mil milhões de euros, responsável por 9,38% do PIB nacional. O PIB *per capita* da região corresponde a 82,4% da média nacional e a 74% da média da UE.

Esta região está entre as regiões mais industrializadas da Chéquia, com a indústria responsável por 41,7% do seu PIB em 2017. Os números do emprego estão atualmente no seu valor mais elevado desde 2000: a percentagem de pessoas empregadas alcançou os 59,4% em 2017, o valor mais alto dos últimos dez anos. Os principais setores industriais incluem a siderurgia e a engenharia, com a indústria automóvel a desempenhar um papel cada vez mais proeminente nos últimos dez anos, a par das tecnologias da informação. Além disso, a região tem uma longa tradição de exploração mineira (ver abaixo).

Em 2018, a percentagem de habitantes com habilitações académicas ao nível do ensino superior era de 16,8%. Atualmente, a região da Morávia-Silésia ocupa uma classificação razoável nas comparações a nível europeu



relacionadas com os níveis de inovação. A investigação, o desenvolvimento e a inovação são liderados sobretudo por grandes empresas tecnológicas que operam à escala internacional. No início de 2017, foi lançado o Centro de Inovação da Morávia-Silésia, com a missão de promover o crescimento e a inovação entre as empresas. Recentemente, a região também assistiu à criação de várias zonas industriais de relevo, parques científicos e tecnológicos e outros projetos que atraem um leque interessante de investidores. Ostrava alberga o centro de supercomputadores IT4Innovations, que presta serviços a empresas e equipas de investigação científica.

Boas ligações

A maior parte da região possui boas infraestruturas rodoviárias. Muitas cidades e aldeias beneficiam de ligações à autoestrada D1 e ao corredor ferroviário. No que diz respeito aos corredores de trânsito, a região situa-se num local vantajoso do ponto de vista geográfico, com ligações à Polónia

e à Eslováquia. O aeroporto internacional possui instalações amplas para aviões, passageiros e carga. O sistema integrado de transportes públicos altamente desenvolvido permite a quase 80% dos habitantes viverem numa comunidade ligada à rede ferroviária.

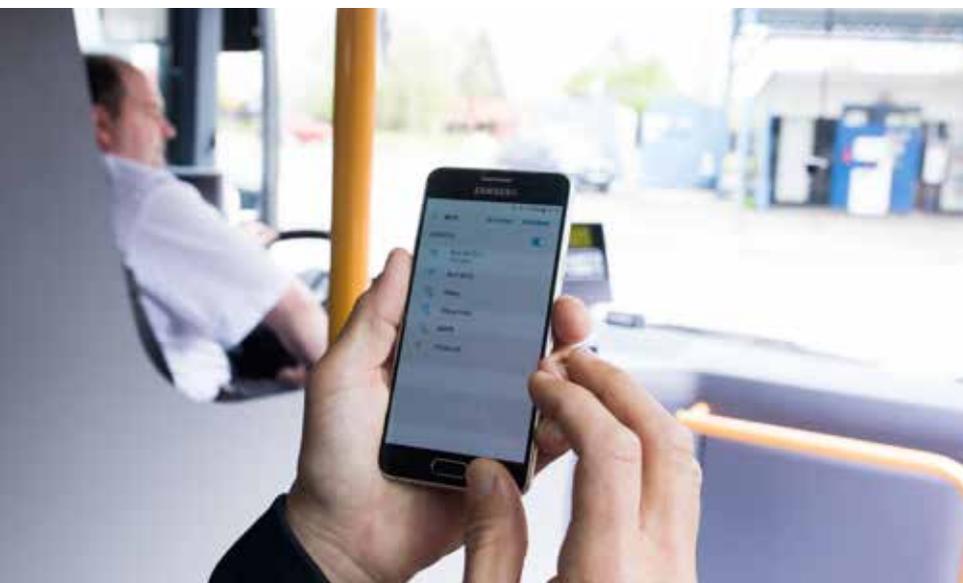
As três zonas protegidas da região, de uma beleza natural excepcional, compõem 17,3% da sua área geográfica. Estas incluem as zonas montanhosas dos Beskides e de Jeseniky e as zonas húmidas do rio Odra e da região de Poodří. A região da Morávia-Silésia possui várias importantes estâncias termais; foi demonstrado por levantamentos subterrâneas que a pureza das águas subterrâneas de Ostrava nas antigas minas de carvão é equivalente à das águas termais, estando em curso planos para a sua exploração.

A região possui um património cultural rico – a paisagem é pontilhada com 103 castelos e fortalezas. Acolhe muitos festivais internacionais de música, a par de um leque de outros eventos culturais, desportivos e sociais, como o campeonato mundial júnior de hóquei no gelo, agendado para o final de 2019.

Os administradores de empresas inovadoras valorizam a qualidade de vida na região. Entre as suas principais vantagens encontram-se a acessibilidade das zonas montanhosas, as atividades culturais e desportivas, os cuidados de saúde, as instalações a pensar nas famílias, o alojamento e as oportunidades favoráveis a um bom equilíbrio trabalho-vida. ■

SAIBA MAIS

<https://www.msk.cz/index-en.html>





Uma região carbonífera em transição

A transformação numa economia com impacto neutro no clima pode ter repercussões globais positivas na economia da UE. Não obstante, o abandono de setores tradicionais como o do carvão traz consigo uma série de desafios e poderá vir a aumentar as disparidades sociais e regionais. É por este motivo que o processo de modernização profunda tem de ser corretamente gerido, garantindo uma transição justa e socialmente aceitável para todos.

No âmbito da União da Energia, a Comissão lançou uma iniciativa destinada a prestar apoio adaptado à transição nas regiões carboníferas. Tem por objetivo ajudar estas regiões a planearem as mudanças estruturais associadas à sua transição energética e prepará-las para eventuais repercussões socioeconómicas negativas.

As equipas nacionais compostas por peritos da Comissão prestam apoio, enquanto uma plataforma organizada pela Comissão a nível europeu reúne todas as partes interessadas afetadas, concedendo-lhes acesso a assistência técnica e reforço de capacidades.

As equipas nacionais interagem estreitamente com os órgãos de poder regional e nacional e com outros intervenientes relevantes para encontrar soluções capazes de acelerar o processo da diversificação económica e de transição tecnológica. Além disso, orientam as regiões sobre a melhor forma de acederem ao financiamento disponível, alavancarem as suas estratégias de especialização inteligente, impulsionarem empresas inovadoras e implementarem estratégias de descarbonização. Tal inclui o financiamento da política de coesão, que proporciona um quadro de investimento estável e a longo prazo.

As regiões carboníferas partilham a sua experiência através da plataforma, que reúne representantes regionais e nacionais, parceiros sociais, a indústria e a sociedade civil com vista à partilha de boas práticas e à aprendizagem recíproca. A Europa possui 41 regiões com operações de exploração mineira ativas, espalhadas por 12 Estados-Membros, incluindo as regiões da Morávia-Silésia, de Ústí nad Labem e de Karlovy Vary na Chéquia. O setor da exploração mineira emprega 10 000 pessoas na região da Morávia-Silésia, que aderiram à plataforma em março de 2018.

A primeira vaga de encerramentos de minas ocorreu em 1989. A segunda vaga, a decorrer atualmente, está a afetar diretamente todos os aspetos da vida: uma vez que a região acolhe algumas grandes empresas industriais dependentes do carvão,

< Os edifícios da antiga mina de Barbora, perto de Karviná, estão a ser transformados em locais de lazer e polivalentes

a sua transformação poderá reduzir o número de pessoas que a abandonam por terem perdido o emprego. Ao mesmo tempo, encerrarão centrais térmicas e elétricas tradicionais alimentadas a carvão, o que poderá fazer aumentar os preços da energia. As centrais elétricas existentes terão de ser substituídas, o que exigirá um enorme esforço e uma quantidade substancial de financiamento.

Começar de novo

O Governo da Chéquia lançou um programa denominado RE START, destinado a prestar assistência à transformação das regiões afetadas por dificuldades estruturais. O governo é o principal garante do programa, embora não possua financiamento específico a nível nacional. O RE START utiliza mecanismos existentes para aceder a fundos públicos de programas europeus e nacionais. Permite o anúncio de concursos específicos para as três regiões afetadas ou a concessão de prioridade às regiões carboníferas em concursos nacionais, por exemplo através de bónus. Atualmente, estão disponíveis programas no valor total de 700 milhões de euros.

No âmbito do RE START, foi criada uma estratégia de reestruturação que estabelece vários pilares de transformação essenciais para a região da Morávia-Silésia. O objetivo é ajudar as empresas locais a adaptarem-se à mudança e atrair investimento estrangeiro que traga consigo um maior valor acrescentado. O apoio à investigação e ao desenvolvimento

é prioritário, com benefícios para a economia da região. Os residentes locais também não são esquecidos, uma vez que a região visa oferecer melhores oportunidades educativas centradas em disciplinas técnicas, eliminando assim os obstáculos associados a uma possível instabilidade social.

Uma destas iniciativas de transformação é o projeto «Landscape after Mining», que visa a área entre as cidades de Karviná, Havířov e Orlová, que foi profundamente afetada pela exploração mineira nos últimos três séculos. Algumas minas ainda estão em funcionamento, mas o seu encerramento está planeado, levantando a questão de saber como encontrar uma nova solução significativa e funcional para região.

Os espaços das antigas minas de carvão têm potencial para serem utilizados para a indústria ligeira, parques de lazer, investigação e desenvolvimento, fins polivalentes ou eventos recreativos de curta duração. Estão em curso trabalhos destinados a aumentar a atratividade do lago Karvinské moře e da zona que circunda a igreja «inclinada», que se afundou 37 metros nos últimos 300 anos. Estão a ser encontradas novas utilizações para os pavilhões de produção da mina de Barbora e para a entrada da mina de carvão de František, com 80 metros de altura. ■

SAIBA MAIS

<https://restartregionu.cz/in-english/>



Orgulho na região e na sua transformação dinâmica

O canto nordeste da Chéquia costumava ser referido como o coração de aço do país, albergando uma população tenaz e resiliente. Atualmente, esta região é vista de uma forma muito diferente. A *Panorama* convidou o presidente da região Ivo Vondrák para explicar a transformação da Morávia-Silésia num dos locais mais dinâmicos do país, uma região que incentiva a inovação e a educação de campeões, atraindo simultaneamente um número cada vez maior de turistas todos os anos.



Senhor Presidente, a Morávia-Silésia está em transformação. Que papel teve a adesão da Chéquia à UE neste processo?

Continuo a crer que, 15 anos volvidos, a adesão do país à UE foi o passo certo, trazendo benefícios significativos para a nossa região e, acima de tudo, para as pessoas que aqui vivem. A Morávia-Silésia tem uma longa história no plano industrial, que surgiu dos seus numerosos veios de carvão. A bacia da Alta Silésia alberga as maiores jazidas de carvão do país e a extração de carvão destas jazidas remonta ao século XVIII.

A atividade de exploração mineira começou a abrandar no final do século passado e foi um choque para a região e para os seus habitantes. A adesão da Chéquia à UE ajudou-nos a lidar com as mudanças e a iniciar a preparação para um futuro «livre de carvão». A cessação iminente da atividade de exploração mineira terá

igualmente impacto noutras indústrias que dependem diretamente do carvão, como o fabrico de aço e a produção energética. A forma correta de lidar com estas mudanças é incentivar a inovação, a digitalização e o desenvolvimento de novas competências.

Acredito que estamos no caminho certo. Anteriormente, a indústria pesada empregava a maioria das pessoas na nossa região. As tecnologias da informação e o fabrico de veículos empregam agora tantas pessoas quantas a indústria siderúrgica, o que é uma boa notícia, já que importa oferecer oportunidades de trabalho interessantes aos nossos cidadãos. A Morávia-Silésia entrou há muito tempo num ciclo de diminuição da população. Os números mais recentes são animadores, pois o número de pessoas que deixaram a região diminuiu para metade no prazo de um ano e é nossa intenção pôr termo à perda de jovens talentosos e

experientes. Este objetivo implica garantir a disponibilidade de empregos dignos e bem remunerados, com boas oportunidades de lazer num ambiente agradável e salutar.

Como é que o financiamento da UE ajuda? Pode indicar algum projeto específico?

O financiamento europeu deu um importante contributo para a qualidade de vida na Morávia-Silésia. Os projetos mais importantes inserem-se no domínio dos transportes, dos serviços sociais e cuidados de saúde, da ciência, da investigação e da inovação. Muitos projetos não teriam existido sem o financiamento da UE ou teriam tido uma execução muito mais lenta e em menor escala.

As subvenções europeias deram um enorme contributo para a reconstrução e o desenvolvimento de infraestruturas

“ *A plataforma das regiões carboníferas em transição é um elemento-chave; a decisão da Comissão Europeia foi, a nosso ver, muito positiva.* ”

de transportes. As infraestruturas de transportes de alta qualidade são um multiplicador económico com impacto positivo no emprego e na estabilização económica. Em termos específicos, a região investiu 207 milhões de euros em trabalhos de reconstrução e reparação rodoviária, com fundos provenientes do Programa Operacional Regional da UE para a Morávia-Silésia e de recursos próprios. Um dos maiores investimentos, de cerca de 21 milhões de euros, foi a estrada de circunvalação de Opava, que reduziu o congestionamento do tráfego na cidade.

Os investimentos no setor da saúde foram igualmente importantes: O financiamento europeu permitiu a construção de blocos operatórios no hospital em Frýdek-Místek e ajudou a construir e a equipar unidades de internamento no Hospital da Silésia em Opava.

Cerca de 228 milhões de euros foram consagrados à construção de centros de investigação vocacionados para a energia, o ambiente e a supercomputação prospetiva. A construção de um setor 4.0 moderno é tão importante para nós quanto o apoio às tecnologias inteligentes nas nossas cidades e regiões.

Os recursos a que podemos aceder a partir dos fundos europeus são importantes para o desenvolvimento da nossa região. A plataforma das regiões carboníferas em transição é um elemento-chave; a decisão da Comissão Europeia foi, a nosso ver, muito positiva. A transição para uma energia com baixo teor

de carbono conta também com o apoio do programa estatal da Chéquia «RE:START», que visa resolver as necessidades específicas das regiões carboníferas em transição.

Como tenciona utilizar o futuro financiamento europeu?

A Morávia-Silésia estabeleceu os pilares fundamentais da sua transformação com base na estratégia de reestruturação do governo. Tencionamos continuar a apoiar as empresas locais para que possam lidar com as mudanças, bem como aumentar o crescimento e o número de empresas vocacionadas para a exportação, tanto checas como estrangeiras. A principal prioridade é apoiar a investigação e o desenvolvimento que beneficiarão a economia local. Adotámos uma abordagem ativa na região, em parceria com o poder local e as universidades de Ostrava para criar o Centro de Inovação da Morávia-Silésia (MSIC). Com este passo, desencadeámos um maior recurso à inovação, ajudando as empresas a evoluir. O lançamento do MSIC foi absolutamente crucial para a nossa região. Trata-se de um espaço que reúne ideias ousadas e pessoas talentosas e onde pode ser definida a orientação futura da região. Acredito que é possível expandir o MSIC de modo a proporcionar um portfólio ainda mais amplo de serviços de apoio ao desenvolvimento de empresas, à inovação e ao planeamento audaz.

Outro parceiro importante no desenvolvimento da nossa região é a empresa de Investimento e Desenvolvimento da

Morávia-Silésia (MSID), que incentiva o desenvolvimento não só pela via empresarial e da comercialização, mas também através do investimento. Além disso, o Pacto de Emprego para a Morávia-Silésia (MSPakt) apoia-nos na gestão do mercado de trabalho regional. Em conjunto, o MSIC, o MSID e o MSPakt contribuem de forma muito significativa para o desenvolvimento da nossa região, aumentando a competitividade e a qualidade de vida das pessoas. Com a ajuda da UE, acredito que começámos bem e que temos condições para concluir a tarefa de transformação.

Não estamos de braços cruzados; temos planos muito específicos. O projeto «Landscape after Mining», por exemplo, procura formas sensatas e eficazes de utilizar as zonas de exploração mineira negativamente afetadas pelas operações de extração de carvão. Temos também prevista a construção de um complexo centro de reabilitação em Třinec e a modernização da unidade de pneumologia do hospital em Frýdek-Místek. Além disso está em curso a elaboração de projetos estratégicos destinados a melhorar os níveis de ensino. Por isso, sabemos como fazer uma utilização correta do financiamento europeu valorizando a qualidade de vida dos nossos cidadãos e do ambiente. Gostaria muito de contar com o apoio contínuo da Europa para a nossa região, pois é extremamente importante para a Morávia-Silésia e para as pessoas que vivem nesta região. ■

O rosto em mutação de Dolní Vítkovice



Dolní Vítkovice é uma zona industrial única, que representa não só uma demonstração histórica da preservação do processo original «carvão-coque-ferro», mas é também um lugar onde as pessoas podem passar o seu tempo livre e aprender mais sobre o mundo natural ou industrial.

Em 1828, foram fundadas aqui indústrias siderúrgicas, seguidas, mais tarde, pela exploração mineira, conferindo-lhe o caráter industrial de uma região que emprega milhares de pessoas. No entanto, em 1998, a produção parou.

Esta situação levantou a questão de saber como lidar com esta zona industrial única. Uma opção consistia na sua demolição completa. Felizmente, a decisão final foi a de reconstruir a zona, transformando o complexo num centro educativo, cultural e social único que serve atualmente tanto jovens como adultos (veja o vídeo).

1. Gongo: No passado, albergava 50 000 metros cúbicos de gás de alto-forno purificado. Agora, o Gongo acolhe até 2 000 visitantes em eventos educativos, culturais e sociais. Nele são realizadas aulas universitárias, conferências e congressos internacionais e ateliês, ações de formação e exposições de arte.

2. Torre: Outrora, eram produzidas diariamente até 1 200 toneladas de gusa nas entranhas do alto-forno n.º 1. Hoje, os visitantes fazem visitas guiadas para conhecer o processo de produção de ferro, seguindo o mesmo percurso que era feito para transportar a matéria-prima para a produção de



PROJETO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM OSTRAVA PREMIADO

Dedicado às atividades de inserção e à habitação social, o projeto «A place to call home» conquistou um prémio RegioStars 2018 na Categoria 3: Criar melhores acessos aos serviços públicos. O projeto renovou 150 apartamentos na terceira maior cidade checa para famílias que, caso contrário, teriam de viver em habitações degradadas Além disso, desenvolveu processos destinados a facilitar o acesso à habitação, um quadro de cooperação com distritos urbanos e apoio social aos inquilinos, ajudando-os a ter uma vida mais estável e segura e a participar na comunidade.

<https://europa.eu/!JR33tP>



3.



4.



5.



6.

gusa na «senhora mais velha do sítio» – assim apelidada por os seus alicerces datarem de 1911. Desde maio de 2015, é possível visitar a nova extensão da Torre, onde se encontra o café mais elevado de Ostrava.

3. Centro de Ciência e Tecnologia: O espaço de 14 000 m² apresenta a ciência e a tecnologia como um jogo divertido, revelando os segredos das tecnologias modernas. Aqui, são apresentados mistérios científicos, curiosidades de investigação mundial e ideias técnicas. Exploradores jovens e adultos podem descobrir como funcionam as cidades, os rádios ou o corpo humano, o que é um arco-íris ou como navegam os barcos. Este exemplar arquitetónico notável acolhe salas de aula com equipamentos excelentes, auditórios, uma sala de cinema com capacidade para 200 espetadores e equipamentos técnicos e audiovisuais modernos.

4. Centro de Ciência e Tecnologia U6: Dois ventiladores gigantes, de 900 toneladas, estão rodeados de mais de 100 exposições interativas que explicam a ciência e a tecnologia de forma divertida. Os visitantes podem ver coisas que nunca viram antes e explorar as questões técnicas mais complexas entre os ventiladores históricos e as exposições móveis. Podem tentar desenrolar a sua própria chapa de aço, construir uma ponte de ferro ou produzir eletricidade – e podem inclusivamente «voar» até ao espaço.

5. Centro Criativo de Hlubina: Desde maio de 2015, o espaço da antiga mina de carvão betuminoso de Hlubina está aberto como parte integrante do antigo complexo

industrial. Dos antigos edifícios, emergiu um novo bairro artístico com o objetivo de educar os participantes nas áreas das humanidades e das artes e ofícios. Os antigos edifícios operacionais e administrativos foram transformados num centro cultural heterogéneo com cinemas, salas de ensaio de música e um estúdio de gravação, espaços para apresentações, estúdios e salas de dança.

6. Parque para festivais: Este local oferece um ambiente inigualável para a realização de festivais gigantescos e alternativos, bem como eventos com números reduzidos de visitantes, num espaço de 200 000 m² com um cenário industrial.

Todas estas atrações foram criadas com a contribuição dos fundos da UE: oito projetos foram realizados graças ao FEDER, que contribuiu com quase 48 milhões de euros. O investimento total nestes projetos chegou quase aos 70 milhões de euros.

Além disso, a transformação trouxe sinergias para a região, com a realização de vários projetos em diferentes domínios. A zona tornou-se um palco indispensável para a revitalização de atividades educativas e lúdicas, não só à escala local, mas também em toda a região da Morávia-Silésia. ■

SAIBA MAIS:

<http://www.dolnivitkovice.cz>

<https://www.youtube.com/watch?v=a3rR5VJK5p4&t=79s>

Financiamento da UE estimula o turismo na Morávia-Silésia

Os fundos europeus também estão a contribuir para revitalizar os destinos turísticos na região da Morávia-Silésia, melhorando as instalações para os visitantes e para os turistas locais.

As pequenas cidades no sopé dos Beskides são dos melhores lugares para visitar na Chéquia. Nenhum visitante deve deixar de provar o aromático pão de especiarias em Štramberk, uma cidade cuja beleza lhe conquistou o cognome de «Belém da Morávia». Nový Jičín também possui uma das mais belas praças do país. Os visitantes podem assistir à excelente exposição interativa no Centro de Visitantes de Nový Jičín, que conta a história da longa tradição de chapelaria da cidade. A exposição recebeu financiamento do FEDER no valor de 238 436 euros, para um projeto com um custo total de 511 929 euros.

Uma outra joia no sopé dos Beskides é a cidade de Příbor – cidade natal de Sigmund Freud. Para além da casa de família do famoso pai da psicanálise, a cidade exhibe também um mosteiro Esculápio do século XVII. A extensa renovação do edifício atraiu financiamento do FEDER em duas fases, perfazendo um total de 1 059 580 euros para um custo total de 1 295 519 euros. A regeneração dos fabulosos jardins do mosteiro também recebeu financiamento da UE. O mosteiro inclui um memorial a Sigmund Freud, uma biblioteca e uma exposição sobre a história de Příbor.

Atrações saudáveis

No sopé das montanhas de Jeseníky, jazem as pitorescas terras de Karlova Studánka, que se orgulham de ter o ar mais limpo da Europa Central. Entretanto, em Bruntál – a cidade mais antiga da Chéquia – os turistas podem visitar o castelo ou experimentar o Centro de Bem-Estar de Bruntál, que inclui um parque aquático. O custo total da reconstrução foi de 5 617 409 euros, com uma contribuição da UE de 1 860 464 euros.

Uma outra atração interessante nesta área é a histórica ferrovia de bitola estreita, de 1898, que vai de Třemešná, na Silésia, a Osoblaha, seguindo a «linha das cem curvas». O projeto de modernização e desenvolvimento da ferrovia de bitola estreita foi parcialmente financiado pela UE (142 801 euros, de um custo total de 350 940 euros) e incluiu a aquisição de material circulante histórico concebido para excursões.

A partir de Jeseníky, os ciclistas podem iniciar a rota panorâmica silesiana, que vai de Krnov até à pérola branca da Silésia – a cidade de Opava – e termina no castelo barroco de Kravaře. A construção da ciclovia que liga Krnov a Velké Hoštice foi apoiada por financiamento da UE no valor de 1 638 630 euros (do custo total de 2 403 372 euros).

Por fim, chegamos a Opava, a antiga capital da região austríaca – e, mais tarde, checa – da Silésia. As casas, praças e igrejas Arte Nova da cidade fazem desta uma verdadeira pérola. O arquiteto mundialmente famoso Leopold Bauer trabalhou aqui, e não é por acaso que a cidade alberga o terceiro maior e o mais antigo museu da Chéquia – o Museu Silesiano (criado em 1814). As reparações do museu e a criação da exposição silesiana, que reúne a história, a cultura e as maravilhas naturais da Silésia numa coleção rica exibida com a ajuda de tecnologias modernas, foram financiadas pela UE com 2 885 571 euros (do custo total de 4 003 644 euros).

Os visitantes interessados na era pré-histórica serão atraídos ao DinoPark Ostrava, situado perto de Karviná, que recebeu financiamento da UE no valor de 1 054 172 euros, de um custo total de 2 865 180 euros. Num espaço com 35 hectares, em torno do qual os visitantes viajam no comboio DinoExpress, é possível ver dezenas de animais em tamanho real do período Mesozoico, bem como um vulcão ativo com 12 metros de altura e um cinema 3D com atrações para as crianças.

Ostrava, a metrópole da região da Morávia-Silésia, é também um importante destino turístico. Ali foi feita história há 25 000 anos, quando, em Landek Hill, os antigos foram dos primeiros do mundo a utilizar carvão. A história posterior da região foi parcialmente escrita a carvão, o que criou uma indústria altamente influente. Ostrava exhibe um património de engenharia único na Europa, incluindo a antiga zona industrial de Dolní Vítkovice, a mina de Hlubina e as coquerias e altos-fornos das siderurgias de Vítkovice. ■





Transformar os serviços sociais da região

Em 2003, a região da Morávia-Silésia foi a primeira de Chéquia a lançar um projeto-piloto centrado na transformação dos seus serviços sociais. Nessa altura, as pessoas com deficiência mental ou outras deficiências eram isoladas em grandes instituições situadas em locais remotos, em edifícios absolutamente inadequados, como castelos e mosteiros.

A capacidade destes edifícios variava entre 100 e mais de 200 indivíduos, sendo cada quarto partilhados por 20 ou mais residentes, com apenas uma casa de banho para todos. Os cuidados eram prestados apenas a homens ou apenas a mulheres, sendo que as crianças partilhavam o espaço dos adultos. Os residentes eram privados de todos os seus direitos legais e obrigados a viver em instituições, num ambiente pouco natural, e a adaptar-se a um regime muito diferente do da sua vida quotidiana. Neste ambiente, sofriam a negação dos seus direitos humanos fundamentais, o enfraquecimento das suas competências e responsabilidades, uma menor autossuficiência e limitações da sua privacidade e liberdade pessoal.

Para acabar com isto – um dos legados de um período de socialismo na Checoslováquia – o sistema tinha de mudar. O projeto, que tinha por objetivo uma mudança sistémica completa (2008-2019), foi iniciado em 2008 nas 13 organizações regionais que prestavam serviços sociais residenciais permanentes a mais de 1 100 indivíduos institucionalizados.

Em 2013, a cidade de Ostrava também se envolveu em mudanças geridas pela região da Morávia-Silésia, com a finalidade de melhorar a vida dos residentes e de lhes conferir direitos humanos e liberdades.

Em 2019, tinham sido investidos 44 milhões de euros para melhorar a vida de mais de 1 400 residentes em aproximadamente 91 novos serviços comunitários em toda a região da Morávia-Silésia.

Um elemento inovador dessa mudança foi a abordagem sistémica abrangente que não tinha existido anteriormente na

Europa Central e Oriental. Tal permitiu a muitos residentes passarem de instalações institucionais para as suas famílias biológicas ou para famílias de acolhimento, ou para serviços comunitários em apartamentos e habitações urbanas. Por conseguinte, os residentes de longa data em grandes instituições vivem agora nos seus próprios apartamentos, trabalham e utilizam os serviços sociais no terreno (veja o vídeo).

Investir nos cuidados comunitários

Estas mudanças radicais foram financiadas por fundos da UE e pelos orçamentos do governo central e da região da Morávia-Silésia. O esquema continua com seis projetos de investimento, que levarão a um maior desenvolvimento e a melhorias nos serviços sociais da região. O financiamento da UE no valor de cerca de 6,4 milhões de euros melhorará as vidas de outros 74 residentes.

Um outro passo envolve a utilização da experiência adquirida num projeto para reformar os cuidados psiquiátricos. Se for possível assegurar o financiamento da UE, dois projetos de investimento e dois projetos sem investimento entregarão de novo aos serviços comunitários os indivíduos que sofrem de doenças mentais e que residem há muito tempo em hospitais psiquiátricos.

Estas mudanças sistémicas na prestação de serviços sociais poderão ser adotadas por outras regiões e distritos. A região da Morávia-Silésia é uma potencial fonte de informação, experiência e boas práticas para todos os locais onde existem violações de direitos humanos e necessidades devido à prestação de cuidados institucionais em residências (não só serviços sociais, mas também hospitais, centros de acolhimento de crianças, etc.). ■

SAIBA MAIS:

<https://bit.ly/2FsSOYM>

PONTO DE DADOS

Porque investe a UE na prevenção dos riscos?

A política de coesão da UE protege milhões de cidadãos através do investimento na prevenção de incêndios florestais, na gestão dos riscos de inundações e na resiliência contra outras catástrofes.

A União Europeia enfrenta múltiplos riscos, incluindo de inundações e fenómenos meteorológicos extremos, que frequentemente ultrapassam as fronteiras nacionais e que são agravados pelas alterações climáticas. A Europa do Sul e Central é mais afetada por ondas de calor, incêndios florestais e secas, enquanto o Nordeste da Europa é mais afetada por chuvas torrenciais e inundações. Além disso, as nove regiões ultraperiféricas da UE enfrentam desafios específicos relacionados com a sua elevada exposição às alterações climáticas (por exemplo, secas, inundações, furacões e pandemias).

Só em 2018, as catástrofes naturais mataram mais de 100 pessoas. Os custos económicos também são enormes: em 2016, na Europa, contabilizaram-se perto de 10 mil milhões de euros em prejuízos. É essencial investir na prevenção dos riscos para preservar a capacidade para um maior desenvolvimento socioeconómico. Além disso, é mais eficaz do que suportar o custo da inação: por cada euro gasto em prevenção, serão poupados quatro euros ou mais na resposta.

Uma vez que os órgãos de poder local e regional são os primeiros a confrontar-se com as repercussões das catástrofes, a política de coesão da UE é fundamental na gestão do risco de catástrofe.

Prioridades de financiamento para 2014-2020

Com cerca de 8 mil milhões de euros provenientes do orçamento da UE para a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, a política de coesão é uma das mais importantes fontes de financiamento neste domínio, bem como um dos principais contribuidores para a iniciativa da Comissão. O cofinanciamento nacional aumenta o investimento total para cerca de 10 mil milhões de euros.

A maioria dos Estados-Membros e múltiplos programas Interreg selecionaram a prevenção de riscos como uma prioridade para o período de financiamento de 2014-2020. Além disso, a prevenção de riscos, a resiliência a catástrofes e a adaptação às alterações climáticas são integrados noutras prioridades de financiamento da política de coesão, como a inovação, a eficiência energética e a gestão dos recursos hídricos.

Dentro do amplo leque de prioridades, foi dada prioridade a um conjunto de medidas específicas.

Os fundos investidos centram-se predominantemente na **prevenção** das consequências mais adversas das catástrofes, tais como:

- ▶ Ações destinadas a melhorar a base de conhecimentos para a gestão do risco de catástrofes: planos para inundações, ferramentas informáticas, sistemas de alerta precoce, modelização, radares, videovigilância, etc.;
- ▶ Elaboração e execução de estratégias de prevenção, planos de ação e orientações, nomeadamente a nível local;
- ▶ Campanhas de sensibilização e formação (por exemplo, sobre competências de construção antissísmica);
- ▶ Proteção dos edifícios e redes contra catástrofes (por exemplo, escolas resilientes aos sismos);
- ▶ Infraestruturas de prevenção de inundações: diques, muros, coletores de águas pluviais, bacias hidrográficas, etc.;
- ▶ Gestão dos solos, das florestas e dos rios para prevenir riscos na gestão dos caudais dos rios, retenção de água, correção de instabilidades nas encostas, remoção de biomassa combustível das florestas, proteção costeira, redução da impermeabilização dos solos, etc.;
- ▶ Abordagens baseadas nos ecossistemas para a prevenção de riscos: planícies de inundação, florestação, infraestruturas verdes de retenção ou escoamento de água, espaços urbanos verdes, etc.

Alguns Estados-Membros também investem na **preparação**, a fim de garantir capacidade suficiente para reagir a catástrofes. Mais concretamente:

- ▶ Infraestruturas para unidades de proteção civil: estações de salvamento integradas, centros de coordenação, etc.;

2014-2020 – Dotações para prevenção de riscos e execução financeira pelo Estado-Membro



- Veículos e equipamentos: veículos de salvamento, dispositivos de combate a incêndios, quebra-gelos, helicópteros, aviões, alojamento temporário de emergência, etc.;
- Formação.

Além disso, alguns Estados-Membros apoiam medidas de **recuperação** para abordar as consequências adversas após catástrofes. Por exemplo:

- Reflorestação após incêndios;
- Reconstrução da linha costeira e dos ecossistemas;
- Desenvolvimento de zonas pós-inundações;
- Infraestruturas de proteção e reconstrução após furacões nas regiões ultraperiféricas.

Conforme se referiu anteriormente, a gestão dos riscos de catástrofe não é uma atividade isolada da política de coesão, mas está ligada a outros domínios de apoio e a atividades nacionais e locais, como o planeamento urbano. A generalização da prevenção de riscos (e da adaptação às alterações climáticas) é reforçada pela promoção do princípio do desenvolvimento sustentável, que também contribuiu para o aumento da utilização generalizada de abordagens de base ecossistémica e infraestruturas verdes.

O apoio da política de coesão é complementado por outros instrumentos da UE, como o Mecanismo de Proteção Civil da União, o Fundo de Solidariedade da UE, o Horizonte 2020 e o programa LIFE.

Em termos práticos, o exemplo de projeto que se segue demonstra algumas das ações financiadas. Os investimentos na **proteção contra inundações** são objeto de grande atenção. Existem muitos exemplos, como a Ática Ocidental (Grécia), que possui graves problemas de inundações. O Fundo de Coesão financiou um projeto de proteção contra inundações ao longo do rio Eschatia no valor de 80 milhões de euros, protegendo 134000 residentes locais e os respetivos bens contra inundações nos subúrbios de Atenas. Além disso, criou mais de 700 postos de trabalho e promoveu a regeneração urbana numa zona de baixos rendimentos. A construção de novas estruturas de defesa contra inundações acabou com as inundações e permitirá o futuro desenvolvimento das zonas a montante. ■

SAIBA MAIS

<https://cohesiondata.ec.europa.eu/themes/5#>

Existe algum tema que gostaria de ver discutido em futuras edições do PONTO DE DADOS da Panorama?

Existe algum conjunto de dados que gostaria que incluíssemos na Plataforma de Dados Abertos dos FEEI?

Se sim, escreva para: REGIO-EVAL@ec.europa.eu

Acompanhe o debate no TWITTER: [#ESIFOpenData](https://twitter.com/ESIFOpenData)

ou subscreva o nosso boletim informativo: http://ec.europa.eu/newsroom/index.cfm?service_id=788

Criar sinergias entre os ecossistemas locais de cibersegurança da UE



Com uma ligação privilegiada aos seus ecossistemas locais, as regiões europeias desempenham um papel significativo no reforço da indústria europeia da cibersegurança e da sua competitividade global.

O futuro panorama da UE em matéria de cibersegurança será amplamente definido por ações políticas que têm um impacto direto nos ecossistemas regionais de cibersegurança. Estas ações incluem iniciativas como os polos de inovação digital (PID) e as estratégias regionais de investigação e inovação para a especialização inteligente.

Os órgãos de poder regional dispõem de meios para garantir a cooperação estruturada com os utilizadores finais a nível local, operadores de infraestruturas críticas e prestadores de serviços, bem como pequenas e médias empresas (PME) inovadoras, laboratórios de investigação e inovação (I&I) e centros de formação.

Por conseguinte, a cooperação inter-regional pode ser decisiva para o reforço do mercado europeu da cibersegurança e a sua competitividade. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) investiu 1,53 milhões de euros num programa de cooperação inter-regional quinquenal denominado «Interreg

Europe CYBER». O programa visa estimular a competitividade das PME da UE no domínio da cibersegurança criando sinergias entre as regiões europeias especializadas em cibersegurança, que são também conhecidas como os vales cibernéticos europeus.

Fazer face aos principais desafios

O projeto Interreg Europe CYBER, lançado em junho de 2018, visa superar os três principais obstáculos que foram identificados como os principais fatores que afetam a competitividade das PME no domínio da cibersegurança a nível europeu. O primeiro diz respeito à falta de coordenação entre os intervenientes relevantes; o segundo é a crescente falta de competências no domínio da cibersegurança e o terceiro é a atual fragmentação do mercado da cibersegurança na Europa.

No seu primeiro ano de atividade, o projeto centra-se no levantamento dos intervenientes nos ecossistemas regionais e na análise dos pontos fortes e dos pontos fracos de cada um. Estas medidas ajudarão a identificar boas práticas, superar os obstáculos existentes e melhorar os instrumentos de política pública, com o objetivo de promover a competitividade das PME regionais no domínio da cibersegurança.

Estónia: alimentar um ecossistema de cibersegurança eficaz

A Autoridade para o Sistema de Informação da Estónia, que é responsável pelos sistemas de informação e redes informáticas do país, é um dos parceiros regionais do projeto Interreg Europe CYBER.

A Estónia representa um ecossistema local de cibersegurança maduro em que os investidores, os representantes das empresas, a academia e os órgãos governamentais têm a oportunidade de colaborar e trocar ideias através de laboratórios operacionais, como o Centro de Inovação e Empresarial TTU Mektory e o e-Estonia Showroom. Estes servem como ambientes de rede nos quais PME, investidores, executivos de empresas e decisores políticos podem trocar ideias e debater estratégias para o ecossistema local de cibersegurança. Como resultado, o ecossistema de cibersegurança da Estónia possui fortes PME – incluindo a SpectX, a CyEx Technologies, a Cybernetica e a Guardtime – capazes de prestar serviços e soluções de vanguarda contra ameaças cibernéticas.

Em 2019, os eventos relacionados com os projetos centrar-se-ão na aquisição de uma melhor perspetiva dos ecossistemas de cibersegurança de três outras regiões: Valónia (Bélgica), Castela e Leão (Espanha) e Bretanha (França).

SAIBA MAIS

<https://www.interregeurope.eu/cyber/>

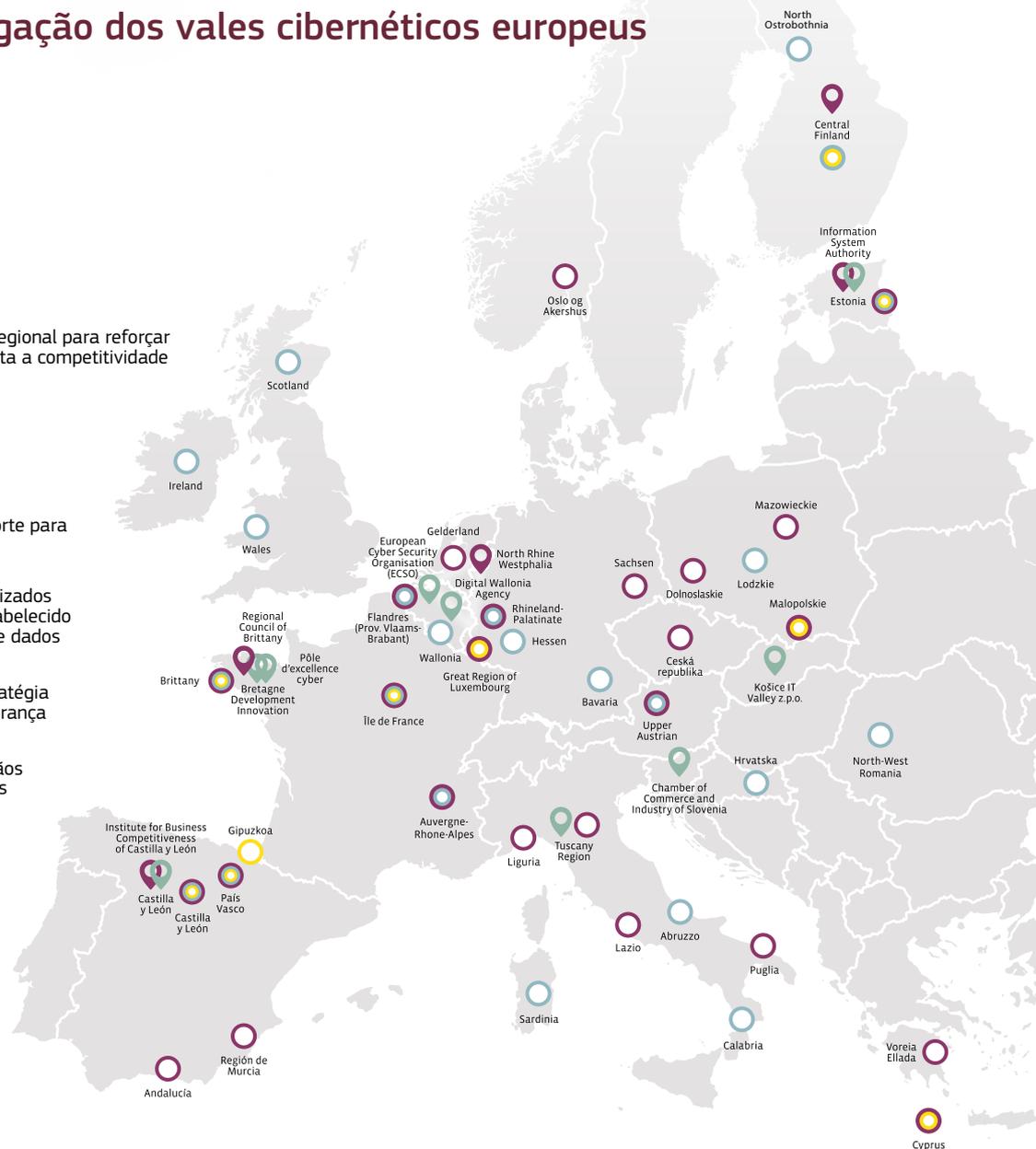
Ligação dos vales cibernéticos europeus

Interreg Europe CYBER

Um projeto de cooperação inter-regional para reforçar as políticas públicas tendo em vista a competitividade das empresas de cibersegurança

Vales cibernéticos europeus: ação-piloto

-  Resiliência, dissuasão e defesa: criação de uma cibersegurança forte para a União Europeia
-  Polos de inovação digital especializados em cibersegurança (processo estabelecido ou em curso com base na base de dados do JRC)
-  Especialização inteligente ou estratégia regional em matéria de cibersegurança
-  Membros regionais da ECSO (órgãos de poder regional e agrupamentos regionais)





Londres, Reino Unido



Milão, Itália



Haia, Países Baixos

Transformar a visão de uma cidade em realidade com instrumentos financeiros

O programa de assistência multirregional (MRA) é uma das vertentes da *fi-compass*, a plataforma de serviços de consultoria sobre instrumentos financeiros ao abrigo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) prestados pela Comissão Europeia, em parceria com o Banco Europeu de Investimento. O objetivo dos projetos MRA – que envolvem pelo menos duas autoridades de gestão de diferentes Estados-Membros da UE – consiste em avaliar a possível utilização de instrumentos financeiros dos FEEI em áreas temáticas específicas de interesse comum. O intuito é facilitar uma utilização mais alargada dos instrumentos financeiros, em termos dos FEEI investidos e do seu âmbito geográfico ou temático, bem como incentivar as regiões de diferentes Estados-Membros a desenvolverem a cooperação, o intercâmbio de boas práticas e a aprendizagem mútua.

As cidades no cerne da política da UE

Mais de 70 % dos cidadãos europeus vivem em zonas urbanas e esta percentagem deverá aumentar ainda mais no futuro. Diariamente, as cidades da Europa adaptam os seus planos de desenvolvimento urbano para fazer face aos desafios mais prementes, como o crescimento demográfico, as alterações climáticas e a transformação digital. Ao desenvolverem estratégias

abrangentes e ao definirem metas políticas a longo prazo, as cidades estão a adotar medidas destinadas a apoiar a habitação a preços acessíveis, promover projetos no âmbito da eficiência energética, revitalizar bairros e melhorar os transportes públicos. Contudo, os planos estratégicos só poderão ser implementados com êxito se as cidades tiverem acesso a financiamento. Sem uma forte participação de capitais públicos e privados, continua a ser difícil transformar em realidade a visão de uma cidade.

Em 2013, a cidade neerlandesa da Haia decidiu investir quatro milhões de euros no projeto-piloto «JESSICA» para criar um instrumento financeiro dedicado à eficiência energética. Naquela altura, as partes envolvidas talvez não esperassem que, volvidos quatro anos, contariam com um fundo de participação com mais de 46 milhões de euros em ativos para a inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento urbano.

No entanto, os primeiros passos para a criação do fundo não foram fáceis.

«Na fase inicial da constituição do fundo tivemos muitas dúvidas e foi necessário superar muitos obstáculos técnicos para estabelecer uma base sólida e segura para investimentos futuros», recorda William van den Bungelaar, secretário da Fundação do Fundo de Participação de Investimento Económico da Haia (HEID).

A Haia conta atualmente com uma equipa de peritos profissionais que trabalham em estreita colaboração com o seu gerente de fundos independente com vista a acompanhar e apoiar os instrumentos financeiros na cidade. Graças ao sucesso da HEID, os instrumentos financeiros são normalmente utilizados no financiamento das prioridades estratégicas da cidade.

Investimentos rotativos em toda a Europa

Para aproveitar o conhecimento existente em matéria de instrumentos financeiros, a Haia uniu forças com outras três cidades europeias — Manchester, Milão e Londres — num projeto MRA designado «Revolving Investments in Cities in Europe» (RICE). Este projeto visava promover o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros para aumentar o investimento do setor privado no desenvolvimento urbano, em particular no que se refere às cidades inteligentes. Estabeleceu as necessidades de financiamento comuns das cidades, identificando, deste modo, os setores nos quais os instrumentos financeiros podem prestar um melhor apoio a projetos em consonância com as prioridades políticas da cidade. Os setores nos quais se verifica uma maior necessidade de financiamento incluem os transportes, a energia, a habitação e o local de trabalho, as infraestruturas verdes e azuis ou o desenvolvimento económico num sentido mais lato, que inclui PME e *start-ups*, bem como o desenvolvimento de novas instalações comerciais ou de inovação.

Os parceiros do MRA-RICE tiveram a possibilidade de aproveitar a experiência das diferentes cidades envolvidas.

«A utilização de instrumentos financeiros em Manchester é uma história de sucesso e os seus benefícios foram abrangentes», diz Mark Duncan, da Câmara Municipal de Manchester. Do mesmo modo, Binal Cadieu — da Autoridade da Grande Londres — valoriza o potencial do novo instrumento financeiro conhecido como «Fundo Municipal para a Eficiência Energética» (MEEF), que foi criado em Londres. «Enquanto fundo rotativo, o MEEF oferece-nos um modelo para a mobilização de milhões de libras de investimento privado para projetos hipocarbónicos», afirma Binal Cadieu.

O modelo de fundo municipal do RICE

O projeto RICE proporcionou um modelo de fundo municipal suscetível de ser adaptado às necessidades específicas das cidades em toda a União Europeia para apoiar o desenvolvimento urbano. Dotado de um modelo que engloba as melhores práticas observadas entre os parceiros do RICE, o fundo é flexível. Em poucas palavras, trata-se de «um instrumento financeiro municipal gerido de forma independente, com uma estratégia de investimento alinhada com as prioridades estratégicas da cidade e que constitui uma importante alavanca do investimento público».

O gestor do projeto RICE, William van den Bungelaar, destaca os benefícios da parceria.

«O projeto define uma estrutura flexível para um instrumento financeiro de desenvolvimento urbano que constitui uma importante alavanca do investimento público, em conjunto com um pacote de assistência técnica para apoiar a aplicação», afirma. «O modelo está concebido para ser simples, replicável e adaptável, de modo a poder ser adotado por outros para servir de base a um instrumento financeiro de desenvolvimento urbano.»

Embora a participação de um gestor de fundos independente oriente a sua aplicação, o desenvolvimento de uma estratégia de investimento urbano é coordenado pelas cidades. Através da criação do fundo municipal, as cidades europeias têm a oportunidade de operacionalizar a sua visão e a sua estratégia.

Aproveitar o apoio da política de coesão

Os recursos públicos, como os FEEI, desempenham um papel crucial na resolução dos desequilíbrios do mercado, permitindo que muitos projetos tenham acesso a fundos da UE que, de outra forma, estariam indisponíveis ou seriam demasiado dispendiosos. As cidades com acesso aos FEEI têm a possibilidade de aplicar com sucesso instrumentos financeiros direcionados para as suas necessidades locais, mobilizando com êxito outros investimentos públicos e privados em projetos. Tal pode ser realizado através de empréstimos e garantias para projetos urbanos a longo prazo, investimentos de capital próprio ou quase-capital em projetos com um perfil de risco mais elevado ou uma combinação de auxílios reembolsáveis e subvenções.

Muitas cidades não têm grande experiência na constituição de fundos municipais, pelo que necessitam de apoio profissional para a conceção e a definição de novos instrumentos financeiros. Os programas de assistência técnica apoiados pela Comissão Europeia, como o MRA, facilitam a preparação e a aplicação de um novo fundo municipal ao ajudarem as cidades a desenvolver as suas capacidades.

«Para as cidades pouco familiarizadas com o mundo dos instrumentos financeiros, como os Fundos de Desenvolvimento Urbano, o projeto MRA-RICE proporciona uma ferramenta útil para iniciar o desenvolvimento de um novo instrumento financeiro e avaliar a sua viabilidade num contexto local», refere Lucia Scopelliti, funcionária do Município de Milão.



SAIBA MAIS

www.fi-compass.eu

NOTÍCIAS [BREVES]



DE REGRESSO À AGENDA URBANA

A brochura sobre a Agenda Urbana da UE salienta a diversidade e a variedade de ações e realizações alcançadas até à data. A Agenda Urbana da UE é uma iniciativa inovadora de política urbana que pôs em ação a governação a vários níveis. Permitiu às cidades, aos Estados-Membros, à

Comissão Europeia e a outras partes interessadas fundamentais reunirem-se para resolver assuntos urbanos prementes e produzir resultados concretos em prol dos cidadãos da UE. A brochura salienta o papel da Agenda Urbana da UE no desenvolvimento de governação inovadora e de qualidade, trabalhando de uma forma mais integrada para abordar questões transversais e para executar a Nova Agenda Urbana da UE. Inclui várias «histórias de ação» e exemplos de ações de apoio a uma melhor regulamentação, a um melhor financiamento e a melhores conhecimentos.

Existe margem para reforçar ainda mais a política urbana na UE através de uma cooperação mais forte e mais estreita entre as cidades, os Estados-Membros e a UE. É aqui que a Agenda Urbana da UE entra com um contributo concreto e positivo. Trata-se de uma iniciativa de cúpula que abrange todas as iniciativas de política urbana, ajudando a reforçar a política urbana a todos os níveis, desde o municipal ao europeu, passando pelo nível nacional. Além disso, a brochura guia o leitor através dos vários programas e iniciativas da UE que abordam o desenvolvimento urbano sustentável. ■

SAIBA MAIS

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/brochure/urban_agenda_eu_en.pdf

O PROJETO «ROAD TRIP» ESTÁ DE VOLTA

O projeto «Road Trip» do ano passado foi um enorme êxito na Internet, atraindo milhares de visualizações e seguidores. A edição deste ano incluirá duas novas rotas, levando duas novas equipas de viajantes numa aventura única pelo continente e mais além. E tudo isto numa carrinha, claro!

As equipas partirão no final de agosto e estarão em viagem até ao final de setembro, atravessando dezenas de regiões por toda a Europa, interagindo com os locais e vivendo como estes e visitando projetos financiados pela UE pelo caminho. A sua missão não consiste só em explorar a Europa de uma forma diferente, mas também em descobrir uma outra faceta de si mesmos.

Os participantes serão divididos em duas equipas de quatro e uma equipa viajará da Suécia até às ilhas Canárias e a outra da Irlanda até Chipre. Cada equipa terá um realizador, um redator, um fotógrafo e um apresentador. Documentarão todas as suas viagens e partilharão as suas perspetivas no sítio Web e nas redes sociais do projeto. ■

SAIBA MAIS

As candidaturas estão abertas desde 24 de junho. Veja o nosso sítio Web e redes sociais para atualizações: <https://roadtripproject.eu/>



DECLARAÇÕES SIMPLIFICADAS PARA OS PROJETOS INTERREG EUROPA



O Interreg Europa está agora a reembolsar uma parte importante dos projetos do seu quarto convite através de um montante fixo, mediante a apresentação de comprovativos de realização das atividades. Este processo novo e simplificado dispensa a apresentação de faturas dos projetos para receber pagamento, poupando-lhes os custos do controlo de primeiro nível. Os projetos podem centrar-se inteiramente nos conteúdos e concentrar mais recursos nas atividades propriamente ditas. Esta mudança torna os projetos mais eficazes em termos de custos.

O que desencadeou a mudança? Os regulamentos elaborados pela Comissão Europeia e aprovados pelos Estados-Membros da UE – como o Regulamento Omnibus – suprimiram o limite de 100 000 euros aplicável aos montantes fixos. De acordo com Petra Geitner, Chefe da Unidade de Finanças e Auditoria: «O regulamento deu-nos um sinal para simplificarmos ainda mais os processos e para tornarmos o financiamento através de opções de custo simplificados a regra, e não a exceção».

Não foi a primeira vez que o Interreg Europa simplificou os seus procedimentos. Há alguns anos, o programa introduziu uma taxa fixa para as despesas administrativas, um montante fixo para as despesas de preparação e níveis de controlo reduzidos. Erwin Siweris, diretor do programa, afirmou o seguinte: «Financiamos mais de 2 000 parceiros em 258 projetos, com um orçamento relativamente pequeno, de 359 milhões de euros. Isto significa que temos de ser inovadores e de agilizar os nossos processos. Estamos frequentemente entre os primeiros na simplificação a nível da UE, e muitas das nossas ideias foram utilizadas pela Comissão e por outros programas de cooperação».

A equipa está desejava de explorar os benefícios das opções prontas a usar ou o financiamento com base em realizações por etapas através de nova regulamentação. Vejamos qual será a sua próxima ideia!

O Interreg Europa é um programa de cooperação inter-regional cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Apoia projetos destinados a melhorar as políticas de desenvolvimento regional através de trocas de experiências entre as regiões da UE. ■

SAIBA MAIS

<https://www.interregeurope.eu/>



Internet rápida para as regiões da Europa

A competitividade económica das regiões, em particular das regiões rurais, depende de uma boa conectividade. Isto implica não só estradas e ferrovias, mas também autoestradas virtuais.

Nas palavras de Rudolf Niessler, diretor da unidade de crescimento sustentável e inteligente da DG REGIO: «A banda larga, particularmente nas zonas rurais, contribui para o crescimento da população e para a criação de empregos de alta qualidade». É fundamental, por conseguinte, que as zonas rurais não sejam deixadas para trás.

O fosso digital

Contudo, as estatísticas mostram que, apesar dos esforços significativos desenvolvidos pela UE e pela maioria dos Estados-Membros, o fosso que separa a conectividade rural e a conectividade urbana persiste. A conectividade na Europa aumentou de forma constante nos últimos anos, chegando a mais de 80% da população. Contudo, se desagregarmos os dados, podemos verificar que esta percentagem diminui para menos de 50% nas zonas rurais e que o fosso não parece estar a ser superado para alcançar os objetivos da [Agenda Digital até 2020](#).

O plano de ação para a banda larga rural

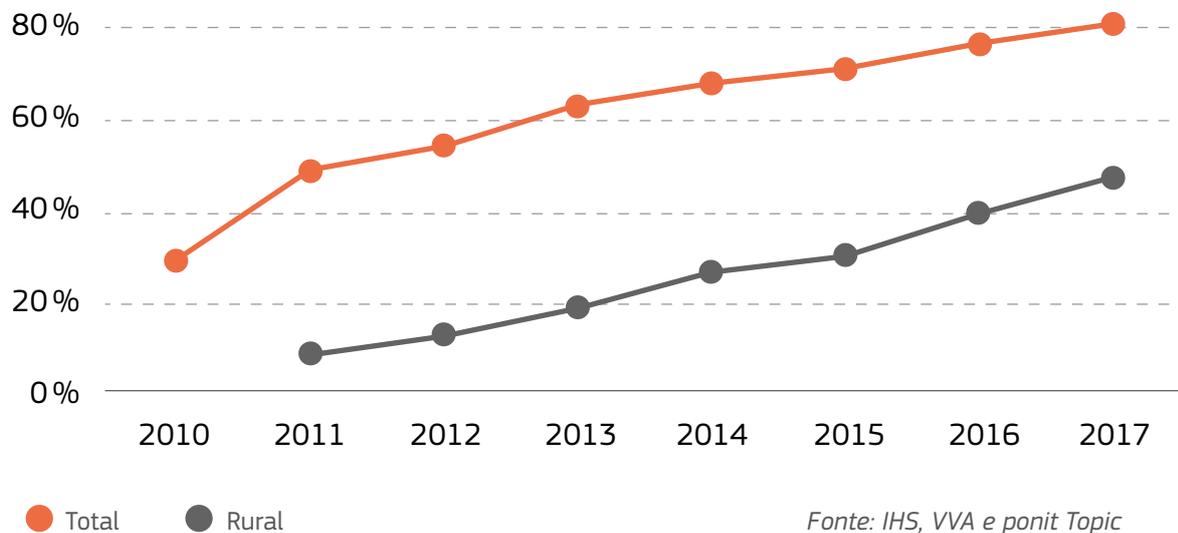
À luz do exposto, a Comissão Europeia pôs em prática um [Plano de ação para a banda larga nas zonas rurais](#). Um aspeto crucial desta iniciativa é a abordagem transversal entre

os diferentes serviços da Comissão Europeia que lidam com as políticas de desenvolvimento regional, de desenvolvimento rural e digitais.

O plano de ação tem seis componentes que visam assegurar a introdução da banda larga nas zonas rurais:

- Criação da rede de Centrais de Competência em Banda Larga (BCO).
- Implementação de «missões de banda larga» nos Estados-Membros e regiões com baixos níveis de cobertura de banda larga nas zonas rurais.
- Conceção de uma metodologia comum para o planeamento, a comunicação e o acompanhamento de investimentos em banda larga.
- Introdução de um ensaio de avaliação a nível rural.
- Atualização do Guia de investimento em banda larga de alta velocidade da Comissão Europeia.
- Conceção de uma estrutura de banda larga rural para ajudar a implementar o investimento em banda larga nas zonas rurais.

Cobertura de banda larga de acesso da próxima geração (NGA) na UE, 2010-2017



Fonte: IHS, VVA e ponit Topic

A rede europeia de Centrais de Competência em Banda Larga

Numa primeira fase, a Comissão Europeia está a apoiar o crescimento e a expansão da rede de Centrais de Competência em Banda Larga. A colaboração e o envolvimento das diferentes administrações deverão contribuir para superar alguns dos obstáculos encontrados em muitas regiões em termos de

capacidade administrativa e de conhecimento especializado em banda larga. Um elemento crucial é a ligação das BCO às partes interessadas das zonas rurais. Com efeito, um estudo recente demonstrou que menos de 20% destas partes estão em contacto com a rede de desenvolvimento rural no seu país. A clivagem digital apenas poderá ser solucionada através da ligação das BCO aos principais intervenientes que enfrentam obstáculos específicos a nível rural.



EM QUE CONSISTE A REDE DE BCO?

A Comissão Europeia instou os Estados-Membros a criarem uma rede de Centrais de Competência em Banda Larga para abordar questões comuns.

Estas BCO deverão funcionar como pontos de contacto único para questões relacionadas com a banda larga, nomeadamente:

- > regulamentares;
- > técnicas;
- > financeiras.

As BCO estão estabelecidos em todos os Estados-Membros e em muitas regiões. <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/bco-network-directory>



« *A banda larga, particularmente nas zonas rurais, contribui para o crescimento da população e para a criação de empregos de alta qualidade.* »

Em 2019, a DG REGIO e a DG AGRI levarão a cabo um ensaio de avaliação a nível rural, que implicará que as autoridades de gestão que pretendam reprogramar fundos da UE inicialmente previstos para a banda larga terão de provar que a cobertura rural será assegurada de outra forma. Esta medida garantirá que os fundos não são retirados das zonas com maior necessidade, simplesmente pelo facto de «constituírem um desafio».

A Comissão Europeia está atualmente a trabalhar em dois guias que irão fornecer orientações concretas a promotores de projeto e investidores sobre o desenvolvimento dos seus projetos de banda larga: uma versão atualizada do [Guia de investimento em banda larga de alta velocidade](#) e um guia sobre investimentos rurais, com publicação prevista para o segundo semestre de 2019.

Próximas etapas

O fosso digital que separa as zonas rurais das zonas urbanas é um problema concreto que não será resolvido a curto prazo. Assim sendo, a Comissão Europeia continua empenhada em apoiar as Centrais de Competência em Banda Larga em toda a UE e em afetar recursos no próximo período financeiro. Tal será feito, designadamente, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Mecanismo Interligar a Europa, bem como através de novos instrumentos, como o Fundo relativo às Ligações de Banda Larga na Europa (CEBF) ou o InvestEU.

Os Estados-Membros e as regiões devem agora assegurar-se de que dispõem de estruturas e regimes de apoio para permitir que as suas zonas rurais obtenham o apoio necessário. ■

SAIBA MAIS

Plano de ação: <https://europa.eu/WU38Xx>
<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/broadband-investment-guide>

Apoio financeiro à banda larga ao abrigo do próximo quadro financeiro plurianual

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)

- FEDER: investimentos em banda larga ao abrigo do **objetivo prioritário n.º 3**, juntamente com a infraestrutura de transportes e energia
- FEADER: investimento de banda larga apenas no âmbito de projetos de desenvolvimento local

Mecanismo Interligar a Europa (MIE) – Digital

- **3 mil milhões de EUR**
- Foco na infraestrutura de conectividade para permitir a transformação digital
- Sinergias com o MIE Transportes e o MIE Energia no âmbito do Programa MIE

InvestEU

- Parte da vertente relativa à sustentabilidade das infraestruturas
- **Garantia de 11,5 mil milhões de EUR** disponível para investimentos em banda larga e noutras infraestruturas

PROJETOS

APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA SIMULAÇÃO NO HOSPITAL VIRTUAL

**INVESTIMENTO TOTAL
8 855 010 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
4 084 010 EUR**

O Hospital Virtual de Lorraine (HVL) concede a estudantes e profissionais de saúde equipamentos e instrumentos de simulação médica. Em resposta ao desafio de «nunca pela primeira vez num doente», o hospital é apoiado pelo FEDER e dirigido pelo Collegium-Santé da Universidade de Lorraine, que reúne as faculdades de Medicina, Medicina Dentária, Ciências Farmacêuticas e Ciências do Desporto.

Aberto em janeiro de 2018 nas instalações do Hospital Universitário de Nancy, em França, o HVL oferece aprendizagem baseada na simulação para muitos profissionais de saúde de saúde médica e paramédica, tanto em serviços hospitalares como em clínicas privadas.

Inclui o CUESIM (Centro Universitário de Formação por Simulação), o CESU (Centro de Formação em Cuidados de Emergência), a Escola de Cirurgia, Odontologia (Medicina Dentária Forense), o MéMoSim'S (Centro de Conhecimentos Especializados em Metrologia, Modelação e Simulação em Saúde e Desporto) e uma farmácia hospitalar para uso interno. Além disso, existe uma zona de cuidados com camas e uma plataforma de simulação para a gestão de elevados riscos de infeção.

A aprendizagem pela simulação tem muitas vantagens. Os estudantes e os profissionais de saúde podem desenvolver competências técnicas e comportamentais antes de as aplicarem nos doentes.

A formação pode avançar ao seu próprio ritmo, de uma forma mais independente e com maior segurança, por exemplo no manuseamento de produtos tóxicos. Podem adquirir experiência em técnicas automatizadas e fazer autoavaliações através de filmagens do seu próprio trabalho e de sessões de informação, bem como de realidade virtual e «jogos sérios» interativos.

Diferentes profissionais aprendem a trabalhar melhor em conjunto, afastando-se da formação «compartimentalizada». No final, os doentes saem beneficiados, uma vez que os profissionais de saúde podem centrar-se mais eficazmente no doente, prestar atenção às suas necessidades e apoiá-los mais.

Promoção de empresas em fase de arranque

O hospital virtual tem sido essencial na oferta de novos programas educativos. Os primeiros cursos de formação iniciaram-se em 2016 para 1 000 e 1 500 médicos de clínica geral, técnicos de emergência e cirurgiões. O valor-alvo é de 4 000 a 5 000 profissionais por ano.

Já abriram vários cursos universitários relacionados com o hospital virtual, e serão realizados pelo menos 16 cursos de desenvolvimento profissional de curta duração.

Além disso, foram lançadas duas empresas em fase de arranque ligadas ao HVL: uma especializada em robótica e a outra em nanotecnologia. A Universidade de Lorraine emprega cerca de dez doutorandos neste projeto do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, tendo sido criados vários contratos a termo certo para funções administrativas.

O HVL também está envolvido em atividades de investigação clínica, investigação e desenvolvimento (especialização em novos dispositivos médicos) e investigação em educação (desenvolvimento de novas ferramentas de simulação).

Para além do Collegium-Santé, três organizações apoiam o HVL – a Universidade de Lorraine, o CHRU e o Instituto Lorraine de Investigação do Cancro – sendo que este colabora também com outros polos de investigação e parceiros industriais. ■

SAIBA MAIS

<http://www.hvl.healthcare/>



PROJETOS

NOVAS SOLUÇÕES PARA A RECICLAGEM DE RESÍDUOS ELETRÔNICOS

INVESTIMENTO TOTAL
8 999 000 EUR

CONTRIBUIÇÃO DA UE
3 295 560 EUR

A empresa espanhola de gestão de resíduos eletrônicos Ewaste Canarias atribuirá fundos do FEDER a dois projetos de investigação e desenvolvimento com o objetivo de identificar novos potenciais de reciclagem nos resíduos eletrônicos.

A Ewaste Canarias posicionou-se como um setor emergente e explora atualmente a central de tratamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos mais avançada das ilhas Canárias.

Foi a primeira empresa a tratar e converter gases de refrigeração utilizando biogás. Tem capacidade para tratar mais de 100 tipos diferentes de dispositivos, garantindo a descontaminação de 99,8% dos gases com efeito de estufa encontrados nos resíduos.

Em conformidade com as orientações europeias, o projeto centra-se na recuperação de matérias-primas com um elevado nível de pureza, de acordo com as normas europeias, e na reciclagem de resíduos perto da sua fonte de produção.

Hoje, durante a reciclagem de aparelhos de refrigeração e aquecedores de água elétricos, alguns dos resíduos têm de ser incinerados — o que causa danos substanciais para o ambiente — devido à falta de alternativas de reciclagem para estes dispositivos.

Em resposta a este problema, a Ewaste Canarias utilizará apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para dois projetos de I&D específicos que visam identificar soluções alternativas. O objetivo do primeiro projeto consiste em recuperar resíduos de espuma de poliuretano através da reciclagem de refrigeradores.

O segundo tentará conceber e desenvolver um novo procedimento que permita o tratamento e a descontaminação de aquecedores de água elétricos, que são notoriamente difíceis de reciclar.

Competências e postos de trabalho

Com a ajuda do FEDER, espera-se que estes projetos identifiquem uma utilização para os materiais resultantes, quer noutras indústrias, quer como absorvente, para evitar as consequências ambientais negativas da sua incineração.

O objetivo global da Ewaste consiste em promover o desenvolvimento e a consolidação de um material industrial reciclado com base nos critérios de qualidade, inovação, eficiência e respeito pelo ambiente. Espera-se que os resultados impulsionem a diversificação da economia das ilhas Canárias e promovam a criação de postos de trabalho altamente qualificados. ■

SAIBA MAIS

<http://www.ewaste.es>

PROJETOS

COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL DE ANIMAIS NA FRONTEIRA ENTRE A ITÁLIA E A ÁUSTRIA

**INVESTIMENTO TOTAL
1 117 300 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
949 700 EUR**

Os serviços públicos nas regiões de Friuli Venezia Giulia, Itália, e da Caríntia, Áustria, estão a trabalhar em conjunto através do projeto Bio-Crime para prevenir o comércio ilegal de animais. Este tipo de comércio ameaça a saúde humana e animal promovendo a disseminação de doenças e ameaçando a segurança económica e a segurança pública.

A regiões fronteiriças do Nordeste italiano e do Sul da Áustria encontram-se na rota de trânsito do comércio ilegal de animais de companhia (sobretudo cães, gatos e pássaros), em especial provenientes de países da Europa Oriental. Esta prática ilegal pode ajudar a espalhar zoonoses – doenças infecciosas, como a raiva e a clamidiose aviária – que se transmitem entre animais e humanos.

Esta criminalidade transnacional tem também repercussões negativas em termos de saúde e bem-estar dos animais, proteção do mercado (para os criadores nacionais), na fraude contra o consumidor e possível utilização de agentes patogénicos zoonóticos para fins de bioterrorismo.

A equipa do Bio-Crime organizou respostas conjuntas, partilha de dados e programas de formação e educação para as autoridades competentes e para o público em geral. As inovações digitais foram um aspeto importante do projeto, que foi apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Foi criada uma rede de cooperação forte entre as autoridades públicas, incluindo os serviços públicos, a polícia, as alfândegas e o sistema judiciário para garantir a sustentabilidade do projeto.

O Bio-Crime organizou uma série de cursos de formação sobre riscos de doenças animais, prevenção e manuseamento de animais destinados a mais de 1 000 funcionários e agentes da polícia italianos e austríacos. Foram desenvolvidos protocolos operacionais conjuntos e realizadas

inspeções transfronteiriças, que resultaram numa redução da taxa de criminalidade.

A vigilância epidemiológica comum promoveu um melhor acesso aos dados e uma maior partilha de dados. Além disso, foi alcançada uma resposta mais rápida e mais coordenada entre os diferentes serviços, graças a um sistema de alerta em tempo real dos funcionários para ameaças transfronteiriças graves. Os funcionários públicos, a polícia e os professores beneficiam agora de uma plataforma Web segura.

Curva de aprendizagem

Dado o facto de os pais comprarem muitas vezes animais de companhia para os seus filhos, foram desenvolvidos, durante o projeto, programas educativos para crianças de idades entre os 11 e os 13 anos. Um questionário na região transfronteiriça avaliou os conhecimentos das crianças antes e depois da sua participação no programa. Este indicou que mais de 30% das crianças careciam de conhecimentos sobre a transmissão de doenças entre animais e humanos e o manuseamento correto dos animais, o que está em linha com o que acontece nos outros países da UE.

No total, participaram 240 crianças na região da Caríntia e 200 na região de Friuli-Venezia Giulia, o que resultou numa maior consciência sobre os riscos zoonóticos para a saúde e numa exposição final de desenhos, textos e fotografias dos participantes. Neste momento, o projeto conta também com a participação de escolas da Alemanha e da Eslovénia.

As comunicações digitais adequadas às crianças incluem um canal educativo do Bio-Crime no YouTube e curtas-metragens de animação, a par de um sítio Web público apoiado por um sistema de análise do tráfego Web. ■

SAIBA MAIS

<http://www.biocrime.org/>



PROJETOS

NOVA FORMAÇÃO PARA JOVENS EMPREENDEDORES ORIGINA NEGÓCIOS

**INVESTIMENTO TOTAL
904 830 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
769 110 EUR**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional está a ajudar a estimular o empreendedorismo e a inovação da região dos Balcãs-Mediterrâneo através do financiamento de *coaching* para jovens em cinco países europeus.

Futuros empresários da Bulgária, de Chipre, da Grécia, da Albânia e do Norte da Macedónia estão a aprender novas competências empresariais graças ao projeto «i3 – Educação para ideias, invenções e inovações para o empreendedorismo». Estabelecimentos de formação e educação, bem como empresas nestes cinco países estão a cooperar para realizar as atividades do projeto e apoiar o crescimento de novas empresas.

A necessidade de estimular o crescimento económico é um desafio comum enfrentado pela Península dos Balcãs e pelo mar Mediterrâneo Oriental. O projeto i3 está a ajudar a responder a esta necessidade através da elaboração de um modelo de formação que inclui um programa curricular nuclear e uma estratégia para a sua execução.

No total, 250 estudantes universitários e outros jovens beneficiam da formação, e receberão orientação de empresários bem-sucedidos.

Formação para o futuro

Estão a ser realizados ensaios-piloto de cinco módulos de formação de três dias em cada país participante. A formação começa com uma introdução geral do empreendedorismo, seguida por especializações numa das seguintes áreas:

ambiente, energia, TIC, estilo de vida e tecnologias avançadas, como robótica e nanotecnologia. Cada piloto é frequentado por 50 estudantes, que têm a oportunidade de visitar empresas. Além disso, acompanham empresários experientes que gerem empresas bem-sucedidas.

O primeiro módulo de formação foi realizado na Bulgária, embora com participantes de todos os países parceiros. Depois de receberem formação sobre temas gerais como as empresas em prol da sociedade, a arte da comunicação e matemática prática, os participantes aprenderam sobre saúde, ambientes de trabalho, viagens e turismo, entretenimento, *catering*, desporto e cultura.

As informações relativas ao modelo i3 e aos seus materiais de formação foram publicadas num folheto que será disponibilizado em linha. Os resultados do projeto foram apresentados numa feira e numa conferência na Universidade de Sófia, na Bulgária, para promover as áreas de formação específicas e incentivar o envolvimento de mais organizações.

A longo prazo, o projeto tem por objetivo criar uma marca reconhecível de cursos de formação capazes de promover oportunidades de aprendizagem criativas e focadas que permitam aos jovens criar as suas próprias empresas.

SAIBA MAIS

<http://www.i-3.eu/>

AGENDA

7-10 DE OUTUBRO DE 2019

Bruxelas (BE)

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

NOVEMBRO DE 2019

Milão (IT)

Fórum da EUSALP, Milão

NOVEMBRO DE 2019

Bruxelas (BE)

Smart Regions 3.0

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização dada às seguintes informações.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

PDF: ISSN 1725-8154 KN-LR-19-069-PT-N

© União Europeia, 2019

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.

A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Para qualquer utilização ou reprodução de fotografias ou outros materiais não abrangidos pelos direitos de autor da UE, é necessário obter permissão diretamente junto dos titulares dos direitos de autor.

Printed by Bietlot in Belgium

Esta revista é impressa em papel reciclado em alemão, búlgaro, espanhol, francês, grego, inglês, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em junho de 2019.

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: © Arquivo da região da Morávia-Silésia;

Página 3: © União Europeia;

Página 4: © iStock/baona;

Página 6: © iStock/HildaWeges;

Página 7: © iStock/baona;

Página 8: © iStock/kupicoo;

Página 10: © iStock/aelitita;

Página 11: © União Europeia 2018/Georges Boulougouris;

Página 13: RocktheAlps © União Europeia 2019/ Sébastien Ferraro;

Página 14: ENER/PAT © União Europeia 2019/ Cyril Morvant;

E=0 © União Europeia 2019/Studio Amography;

Página 15: Mobilitas © União Europeia 2019/Luigi Sauro

Fotographi Studio;

Página 16: Ariel © União Europeia 2019/Luigi Sauro

Fotographi Studio;

Página 18: © iStock/kentoh;

Página 20: © Susie-Knoll_Creative Commons_CC BY 3.0 DE;

Página 21: © União Europeia 2018/Genevieve Engel;

Página 22: © União Europeia 2019/Denis Closen; © Amaury Bisiaux;

Página 24: © Danilo di Stefano;

Página 25: © Elodie Joseph-Auguste;

Página 26: © iStock/rustamank;

Página 27: © Arquivo da região da Morávia-Silésia;

Página 28: © Investimento e Desenvolvimento da Morávia-Silésia;

Página 29: © Investimento e Desenvolvimento da Morávia-Silésia;

Página 30: © Região da Morávia-Silésia;

Página 32: Em cima – Imagem 1. © Boris Renner; Imagem 2.

© Jiří Zerzoň;

Em baixo © Cidade de Ostrava;

Página 33: Imagem 3. © Jiří Zerzoň; Imagem 4. © Jiří Zerzoň;

Imagem 5. © Boris Renner; Imagem 6. © Arquivo da

zona de Dolni Vitkovice;

Página 34: © Arquivo da região da Morávia-Silésia;

Página 35: © Arquivo da região da Morávia-Silésia;

Página 38: © iStock/Quardia;

Página 40: The Hague © iStock/Deejipilot; Milan © iStock/Luneberg;

London © iStock/QQ7

Página 44: © iStock/PeopleImages;

Página 45: © União Europeia;

Página 47: © Hôpital virtuel de Lorraine;

Página 48: © iStock/makenoodle;

Página 49: © iStock/Vesnaandjic.

MANTENHA-SE LIGADO



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



[@EUinmyRegion](https://twitter.com/EUinmyRegion)



[EUinmyRegion](https://www.facebook.com/EUinmyRegion)



[flickr.com/euregional](https://www.flickr.com/euregional)



[EUinmyRegion](https://www.youtube.com/EUinmyRegion)



[euinmyregion](https://www.instagram.com/euinmyregion)



ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en
[@CorinaCretuEU](https://twitter.com/CorinaCretuEU)



Serviço das Publicações
da União Europeia

Comissão Europeia
 Direção-Geral da Política Regional e Urbana
 Comunicação – Agnès Monfret
 Avenue de Beaulieu/Beaulieulaan 1 – B-1160 Bruxelles/Brussel
 Endereço eletrónico: regio-panorama@ec.europa.eu